

COLEÇÃO ESPÍRITO DO NOSSO TEMPO

DIREÇÃO DE NEIL R. DA SILVA

8.

Capa de PINHORAF



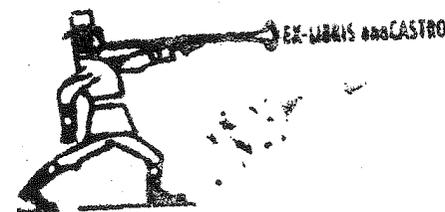
LIVRARIA ITATIAIA LIMITADA
Rua da Bahia, 916 — Fone 2-8630
BELO HORIZONTE

LEWIS MUMFORD

A CULTURA DAS CIDADES



Tradução de
NEIL R. DA SILVA



EDITORA *Itatiaia* LIMITADA
BELO HORIZONTE

Título do original norte-americano
THE CULTURE OF CITIES

☆

Copyright, 1938, by
HARCOURT, BRACE AND COMPANY, INC.

1961

Direitos de propriedade literária da presente tradução adquiridos pela
EDITORA ITATIAIA LIMITADA, de Belo Horizonte.

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.
PRINTED IN THE UNITED STATES OF BRAZIL.

Já no ano de 1915, ante o estímulo de Patrick Geddes, comecei a coligir o material que se incorporou neste livro. Tal como os meus artigos e livros até agora publicados sobre arquitetura, planejamento de comunidades, habitação e desenvolvimento regional, o presente estudo funda-se principalmente em observações diretas, levadas a efeito em muitas regiões diferentes, tendo como ponto de partida um estudo detido de minha própria cidade e região — Nova York e seus arredores. Tenta êle, ao mesmo tempo, explorar de um modo mais unificado um terreno até agora trabalhado segundo linhas diferentes por especialistas, e estabelecer, tendo em vista a ação comunal, os princípios básicos sobre os quais o nosso ambiente humano — edifícios, vizinhanças, cidades, regiões — pode ser renovado. Certos aspectos da vida, aquêles que ordinariamente são tratados sob a égide da ética, da religião e da educação, ficam para ser estudados noutra ocasião. Mesmo com o risco de uma ocasional repetição de conceitos, fui obrigado a comparar neste volume partes de *Technics and Civilization*; deve, porém, ficar evidente que as duas obras, embora independentes, são complementares: cada uma delas busca explorar o que o mundo moderno pode guardar para a espécie humana desde que os homens de boa vontade tenham aprendido a subjugar os mecanismos bárbaros e a barbárie mecanizada que ora ameaçam a própria existência da civilização.

L. M.

M
q
e
d
e
l
l
o
r
i
q
e
n
f
i
a
l
f
c
C
—
n
c
e
à
m
l
h
d
e
n
q
d
e
c
o
e
p
e
p
o
r
o
l
n
A
t
e
n
r
e
e
n
p
e
d
e
a
p
u
r
e
n
n
e
h
o
m
e
n
t

T
Mun
quan
e en
cara
dura
cond
limi
orde
ruas
qual
com
soch
fiste
algu
ford
CUL
nos
can
a pr
man
han
de
nos
que
das
com
estr
por
e de
post
rou
fore
ingl
A C
tém
mes
rem
estl
par
de
apr
urb
em
nos
hor
mei
sqe
tra
TU

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I — PROTEÇÃO E A CIDADE MEDIEVAL	
1. — Despindo o Mito Medieval	23
2. — A Necessidade de Proteção	24
3. — O “Aumento da Produção e da Riqueza”	27
4. — Os Senhores Feudais e os Novos Paraísos Medievais	34
5. — O Domínio da Igreja	37
6. — Os Serviços da Guilda	39
7. — A Domesticidade Medieval	45
8. — Higiene e Saúde	52
9. — Princípios do Planejamento de Cidades Medievais	61
10. — Contrôles de Crescimento e Expansão	68
11. — O Palco e o Drama	70
12. — Que Derrubou a Cidade Medieval?	74
CAPÍTULO II — A CÔRTE, A PARADA, A CAPITAL	
1. — Na Esteira Luminosa da Idade Média	84
2. — O Território e a Cidade	89
3. — Os Instrumentos de Coerção	93
4. — A Guerra, Construtora de Cidades	97
5. — A Ideologia do Poder	100
6. — O Movimento e a Avenida	105
7. — A Parada das Vitrinas	109
8. — A Nova Divindade	116
9. — A Posição do Palácio	119
10. — Influência do Palácio Sobre a Cidade	121
11. — O Quarto de Dormir e o Salão	124
12. — A Desordem do Superpovoamento Especulativo	131
13. — A Planta Barrôca	135
14. — As Formas Arquitetônicas	139
15. — O Que Salvou os Olímpianos	146
16. — Realização e Renovação	148
CAPÍTULO III — A INSENSÍVEL CIDADE INDUSTRIAL	
1. — O Deslocamento da População	152
2. — Mecanização e <i>Abbau</i>	157
3. — Os Postulados do Utilitarismo	163
4. — A Técnica da Aglomeração	168
5. — A Fábrica e o Cortiço	172

6. — Casas de Má Fama	182
7. — Resistência à Barbárie	187
8. — O Nível Mínimo de Vida	189
9. — O Drama Paleotécnico	194
10. — O Não Urbanismo da Não-Cidade	196
11. — Coketown Vista de Perto	203
12. — A Velha Loja de Antigüidades	210
13. — O Triunfo do Ferro	217
14. — Longe da Multidão Enlouquecedora	222
15. — Os Moradores dos Bosques	228
16. — Reação	232

CAPÍTULO IV — APOGEU E DECADÊNCIA DE MEGALÓPOLIS

1. — A Nova Coalizão	234
2. — A Burocracia Tentacular	237
3. — O Gigantismo Disforme	246
4. — Os Meios de Congestionamento	250
5. — O Preço do Congestionamento	254
6. — A Área Arruinada	261
7. — A Aceitação do Esgotamento	264
8. — A Deformação da Natureza	268
9. — A Cidade, Sonho de Papel	275
10. — A Disposição Aquisitiva de Uma Metrópole Enferma	278
11. — Rotina e Relaxamento	282
12. — O Veneno da Vitalidade Falaz	285
13. — Breve Resumo do Inferno	291
14. — Os Fenômenos do Período Final	296
15. — O Ciclo de Crescimento e Decadência	301
16. — Possibilidades de Renovação	310
17. — Os Sinais de Salvação	313

CAPÍTULO V — A ESTRUTURA REGIONAL DA CIVILIZAÇÃO

1. — Novos Padrões de Vida e Pensamento	318
2. — A Perspectiva Regional	322
3. — A Região Como Unidade Geográfica	324
4. — A Cidade Como Fato Geográfico	331
5. — A Terra Como Lar	338
6. — A Paisagem, Recurso Cultural	345
7. — A Região Econômica	350
8. — A Energia, Construtora de Regiões	356

CAPÍTULO VI — A POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. — Regionalismo e Política	362
2. — O Processo de Regionalização	372
3. — Os Postulados do Regionalismo	379
4. — Planejamento Regional: uma Nova Tarefa	387
5. — Levantamento e Planejamento como Educação Comunal	395
6. — Condições de Reconstrução Urbana	401
7. — O Novo Método de Desenvolvimento Urbano	406

CAPÍTULO VII — A BASE SOCIAL DA NOVA ORDEM URBANA

1. — A Arquitetura Como Símbolo	416
2. — Princípios da Forma Moderna; Economia	430
3. — O Papel da Higiene	437
4. — O Prolongamento da Juventude	444
5. — Domesticidade Bi-Polar	446
6. — A Morte do Monumento	451
7. — Flexibilidade e Renovação	456
8. — A Missão do Museu	462
9. — Os Antecedentes Não Diferenciados	464
10. — Inviduação e Socialização	468
11. — De Uma Economia Monetária Para Uma Economia Vital	472
12. — A Moderna Habitação Proporcionada Pelas Comunidades	479
13. — A Escola Como Núcleo Comunitário	485
14. — O Conceito Social da Cidade	493
15. — Organização em Contraponto	499
16. — Princípios de Ordem Urbana	500

GLOSSÁRIO	509
BIBLIOGRAFIA	511
ÍNDICE ANALÍTICO	567

ILUSTRAÇÕES

Nota: as ilustrações e legendas constituem parte integrante do livro, mas destinam-se a ser consultadas separadamente, sem interromper o desenvolvimento do texto.

I: A CIDADE MEDIEVAL

(1) Perfil e Elevação	32
(2) Lübeck — A Ordem Medieval	33
(3) Dramas Coletivos	48
(4) Instituições e Estruturas	49

II: A CIDADE BARRÔCA

(5) O Mecânico e o Sensual	112
(6) A Vida Galante	113
(7) Receita e Despesa	128
(8) Paris: A Ordem Cartesiana	129

III: TRANSIÇÕES

(9) O Ambiente dos Olímpianos	160
(10) Cidades Holandesas: o Velho e o Novo	161

IV: A CIDADE INDUSTRIAL

(11) Coketown: A Ordem Mecânica	176
(12) O Drama Paleotécnico	177

(13) Romantismo e Humanitarismo	240
(14) As Promessas do Ferro e do Vidro	241

V: ELEMENTOS DE PLANEJAMENTO

(15) Tipos de Plantas Tradicionais	248
(16) e (17) Amsterdão: Planejamento Orgânico — Entre 248 e	249

VI: A METRÓPOLE

(18) O Coração do Império	249
(19) Rotina de Megalópolis	256
(20) Sonho e Realidade	257
(21) Nova York: Congestionamento Ilimitado	272

VII: O COMPLEXO REGIONAL

(22) Esboço de Planejamento Regional	273
(23) Agentes do Desenvolvimento Regional	288
(24) O Vale do Tennessee	289

VIII: A CIVILIZAÇÃO BIOTÉCNICA

(25) Novas Origens da Forma	368
(26) Monumentos vs. Edifícios	369
(27) O Novo Vernáculo	384
(28) Reabilitação Urbana	385

IX: A CIDADE E A REGIÃO

(29) Zoneamento Funcional	432
(30) Novos Tipos Modernos	433
(31) Cidades de Cinturão Verde	448
(32) Frankfurt-Römerstadt: Ordem Biotécnica	449

INTRODUÇÃO

A cidade, tal como é encontrada na História, é o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade. É o lugar onde vão concentrar-se os raios emitidos por muitos focos separados de vida, com proveitos tanto em eficiência como em significação social. A cidade é a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais: é a sede do templo, do mercado, da corte de justiça, da academia de ensino. Na cidade, os bens da civilização encontram-se multiplicados e diversificados; é aí que a experiência humana toma a forma de sinais exequíveis, de símbolos, de padrões de conduta, de sistemas de ordem. É aí que se encontram os produtos da civilização; também aí, o ritual acaba por transformar-se no drama ativo de uma sociedade plenamente diferenciada e consciente de si mesma.

As cidades são um produto da terra. Refletem a sagacidade do camponês ao dominar a terra; tecnicamente, apenas prolongam a sua habilidade em dar ao solo empregos produtivos, em resguardar-lhe o gado com segurança, em regular as águas que irrigam os seus campos, em fornecer silos e celeiros para as suas colheitas. As cidades são a representação dessa vida estável que começa na agricultura permanente: uma vida que se vive com o auxílio de abrigos permanentes, de utilidades permanentes tais como pomares, vinhedos e obras de irrigação, e de edificações permanentes para proteção e armazenagem.

Tôdas as fases da vida no campo contribuem para a existência das cidades. Aquilo que sabem o pastor, o madeireiro e o mineiro vem a ser transformado e "espiritualizado" através da cidade em elementos duráveis da herança humana: os tecidos e a manteiga de um, os fossos, os diques, os tonéis e as ripas de madeira de outro, os metais e as jóias do terceiro, são finalmente convertidos em instrumentos de vida urbana; servem de base para a existência econômica da cidade, contribuem com arte e sabedoria para a sua rotina diária. Den-

tro da cidade, a essência de cada tipo de solo, de trabalho e de propósito econômico acha-se concentrada: nascem assim possibilidades maiores de intercâmbio e novas combinações que não se verificam no isolamento dos seus *habitats* naturais.

As cidades são um produto do tempo. São os moldes dentro dos quais a existência dos homens se resfria e condensa, dando forma duradoura, por via da arte, a momentos que, de outra forma, findariam com os vivos e não deixariam atrás de si meios de renovação e de participação mais ampla. Na cidade, o tempo torna-se visível: os edifícios, os monumentos, as vias públicas, mais claramente que o testemunho escrito, mais sujeitos ao olhar de muitos homens do que os artefatos dispersos do campo, deixam uma impressão nas mentes até mesmo dos ignorantes ou dos indiferentes. Graças ao fato material da preservação, o tempo desafia o tempo, o tempo choca-se com o tempo; os hábitos e os valores passam além do grupo vivente, assinalando com diferentes estratos de tempo o caráter de qualquer geração. Camada sobre camada, as eras passadas conservam-se na cidade até que a própria vida esteja finalmente ameaçada de sufocamento; neste ponto, num gesto claro de defesa, o homem inventa o museu.

Por força da diversidade da sua estrutura temporal, a cidade furta-se em parte à tirania de um presente único e à monotonia de um futuro que consiste em repetir apenas uma única batida ouvida no passado. Através da sua complexa orquestração de tempo e de espaço, não menos que através da sua divisão do trabalho, a cidade assume o caráter de uma sinfonia: aptidões humanas especializadas, instrumentos especializados, produzem resultados sonoros que, nem em volume nem em qualidade, poderiam ser obtidos de qualquer peça única.

As cidades nascem das necessidades sociais do homem e multiplicam tanto os seus costumes como os seus meios de expressão. Na cidade, forças e influências remotas entremisturam-se com o que é local: os seus conflitos não são menos significativos que as suas harmonias. E aqui, através da concentração dos meios de contacto no mercado e no lugar de reuniões, apresentam-se maneiras alternantes de existir: os costumes profundamente arraigados da aldeia deixam de ser coercitivos, as metas ancestrais deixam de bastar integralmente; homens e mulheres estranhos, estranhos interesses e deuses ainda mais estranhos afrouxam os seus laços tradicionais de sangue e de vizinhança. Um navio que passa, uma caravana que se detém na cidade, podem trazer uma tinta nova para a lã, um novo revestimento vítreo para o prato do oleiro,

um novo sistema de sinais para comunicações a longa distância ou um pensamento novo sobre o destino humano.

No meio urbano, os choques mecânicos produzem resultados sociais e, as necessidades sociais podem tomar a forma de ideais e invenções que levarão indústrias e governos a seguir novos canais de experiência. Ora é a necessidade de um lugar fortificado comum para servir de abrigo contra ataques predatórios que leva os habitantes da aldeia indígena para uma fortificação na encosta de um monte: graças ao ajuntamento obrigatório para a defesa, surgem possibilidades de contacto mais regular e de mais ampla cooperação. Esse fato ajuda a transformar a rede de aldeias numa cidade unificada, com o seu teto mais elevado de realizações, com os seus horizontes mais largos. Ora é a participação coletiva na experiência e o estímulo da crítica racional que transformam os ritos da celebração da aldeia em formas criadoras mais vigorosas do trágico drama: a experiência aprofunda-se assim como se difunde mais largamente por meio desse processo. Ou ainda, noutra ordem de idéias, o repositório passivo de valores do ourives passa a ser, graças à pressão das necessidades urbanas e as circunstâncias favoráveis do mercado, o agente dinâmico do capitalismo, o banco que empresta dinheiro assim como o guarda, pondo o capital em circulação e dominando, enfim, os processos de comércio e de produção.

A cidade é um fato da natureza, tal como uma gruta, um cardume de sardinhas ou um formigueiro. Mas é também uma obra de arte consciente, e contém dentro da sua estrutura comunal muitas formas de arte mais simples e mais pessoais. A mente *toma forma* na cidade; e as formas urbanas, por sua vez, condicionam a mente. Porque o espaço, não menos que o tempo, é engenhosamente reorganizado nas cidades: nas linhas divisórias e nos contornos, na fixação de planos horizontais e de culminâncias verticais, na utilização ou negação do sítio natural, a cidade registra a atitude de uma cultura e de uma época diante dos fatos fundamentais da existência. O zimbório e a torre, a avenida aberta e o pátio fechado contam a história não apenas de diferentes acomodações físicas, mas de concepções essencialmente diferentes do destino do homem. A cidade tanto é uma comodidade física para a existência coletiva como um símbolo dos propósitos e unanimidades coletivos que surgem sob tais condições favoráveis. Com relação até à própria língua, ela continua sendo a maior obra de arte do homem.

Através do seu domínio concreto e visível sobre o espaço, a cidade presta-se não somente às tarefas práticas de pro-

dução mas também à comunhão quotidiana dos seus cidadãos; êsse efeito constante da cidade, como uma obra de arte coletiva, foi expresso de um modo clássico por Thomas Mann, na alocação que fez aos seus concidadãos de Lübeck, quando esta comemorou o aniversário da sua fundação. Quando a cidade deixa de ser um símbolo de arte e de ordem, passa a agir de maneira negativa: a exprimir e a ajudar a tornar mais universal a realidade da desintegração. Nos distritos mais densos da cidade, as perversões e os males propagam-se mais rapidamente; e nas pedras da cidade vêm a incorporar-se êsses fatos anti-sociais; não foi o triunfo da vida urbana que despertou a ira profética de um Jeremias, de um Savonarola, de um Rousseau ou de um Ruskin.

Que coisa transforma o regime agrícola passivo da aldeia nas instituições ativas da cidade? Não se trata de mera diferença de magnitude, de densidade de população ou de recursos econômicos. Pois o agente ativo é qualquer fator que amplie a área do contacto local, que engendre a necessidade de combinação e cooperação, de comunicação e de comunhão; e que crie, destarte, um padrão fundamental comum de conduta e um conjunto comum de estruturas físicas para os diferentes grupos familiares e ocupacionais que constituem a cidade. Essas oportunidades e atividades sobrepõem aos grupos primários, baseados nas sanções tradicionais e no contacto diário de face a face, as funções mais especializadas e os interesses mais propositados dos grupos secundários: nestes, o propósito não é dado, mas escolhido; a participação e as atividades são seletivas; o próprio grupo passa a ser especializado e diferenciado.

Històricamente, o aumento da população através da mudança da caça para a agricultura pode ter estimulado essa transformação; a ampliação das rotas de comércio e a diversificação das ocupações contribuíram pela mesma forma. Mas a natureza da cidade não deve ser procurada apenas na sua base econômica: a cidade é, antes de mais nada, um resultado social. O que caracteriza a cidade é a sua complexidade social de propósitos. Ela representa a possibilidade máxima de humanização do ambiente natural e de naturalização da herança humana: ela dá ao primeiro uma conformação cultural e exterioriza a segunda em formas coletivas permanentes.

“O fato fundamental e significativo com relação à cidade — como mostraram Geddes e Branford — é que a cidade ... funciona como órgão especializado de transmissão social. Ela acumula e incorpora a herança de uma região e combina-se em certa medida e espécie com a herança cultural das

unidades maiores, nacionais, sociais, religiosas e humanas. De um lado, encontra-se a individualidade da cidade — o sinal visível da sua vida e marca regional. Do outro, encontram-se as marcas da civilização, de que cada cidade em particular é um dos elementos constitutivos.”

Hoje em dia, uma série de coisas dificulta a plena compreensão do papel da cidade e que se transforme êsse meio básico de existência comunal. Durante êstes últimos séculos, a laboriosa organização mecânica da indústria e o estabelecimento de estados políticos tirânicos tornaram cega a maioria dos homens para a importância dos fatos que não se adaptam facilmente ao padrão geral de conquista mecânica, de formas capitalísticas de exploração e de coerção política. Habitualmente, costumam tratar-se as realidades da personalidade, da associação e da cidade como abstrações, do mesmo passo que se tratam confusas abstrações pragmáticas tais como moeda, crédito, soberania política, como se fôssem realidades concretas, que tivessem uma existência independente das convenções humanas.

Recapitulando o curso da Civilização Ocidental desde o século quinze, verifica-se com razoável clareza que a integração mecânica e a decadência social têm caminhado lado a lado. Cresceu enormemente a nossa capacidade de organização física efetiva; mas a nossa capacidade de criar um contrapêso harmonioso para êsses encadeamentos exteriores por meio de associações cooperativas e cívicas de bases tanto regionais como mundiais, como a Igreja Cristã da Idade Média, não se manteve emparelhada com êsses triunfos mecânicos. Por uma dessas maliciosas reviravoltas da qual a História raramente está livre, foi precisamente durante êsse período de abundância de energias físicas, de desintegração social, de experiências políticas desconcertantes, que as populações do mundo, em sua totalidade, começaram a crescer em ritmo desordenado. Formas de vida social que os mais sábios não mais compreendiam, os mais ignorantes estavam preparados para construir. Ou melhor: os ignorantes achavam-se completamente despreparados, mas isso não impediu a construção.

O resultado não foi uma confusão temporária e uma ocasional perda de eficiência. O que sucedeu foi uma cristalização do caos: a desordem petrificou-se extravagantemente no cortiço e nos distritos fabris; e o êxodo para os subúrbios-dormitórios e para os distritos operários que rodeavam as cidades em crescimento meramente ampliaram a área de confusão social. O revestimento físico mecanizado ganhou prioridade, em tôdas as cidades que cresciam, sobre o núcleo físico:

os homens tornaram-se dissociados como cidadãos por força daquele mesmo processo em que se reuniam em organizações econômicas dominantes. A própria indústria, que fôra supostamente beneficiada por essa construção sem plano e organização física guiada pelo acaso perdeu seriamente em eficiência: deixou de produzir uma nova forma urbana que servisse diretamente aos seus complicados processos. No que se refere às populações urbanas em desenvolvimento, careciam elas das necessidades mais elementares para a vida urbana, até mesmo de sol e ar puro, para nada dizer dos meios de vida social mais vívida. Cresceram as nossas cidades sem o benefício de um conhecimento social coerente ou de um esforço social ordenado: não ficaram nem com os valiosos costumes populares urbanos da Idade Média nem com o confiante domínio estético do período barroco; com efeito, um campônio holandês do século dezessete, na sua aldeia, conhecia a arte de viver em comunidade melhor que um conselheiro municipal de Londres ou Berlim, no século dezenove. Estadistas que não vacilavam em amontoar uma variedade de interesses regionais dentro de estados nacionais, ou que criaram um império que envolvia o planeta, não conseguiram produzir sequer um bosquejo de vizinhança aceitável.

Em todos os setores, desintegrou-se a forma: a não ser pela sua herança do passado, a cidade desapareceu como corporificação de arte e técnica coletivas. E onde, como na América do Norte, a perda não foi aliviada pela presença continuada de grandes monumentos do passado e hábitos persistentes de vida social, o resultado foi um ambiente rude, dissoluto, uma vida social estreita, forçada e frustrada. Até mesmo na Alemanha e nos Países Baixos, onde as tradições de vida urbana já existiam desde a Idade Média, cometeram-se os erros mais colossais nas tarefas mais corriqueiras de planejamento e construção urbana. À medida que aumentava o ritmo de urbanização, ampliava-se o círculo de devastação.

Hoje, vemo-nos diante não apenas da desintegração social do início. Enfrentamos da mesma maneira os resultados físicos e sociais da desintegração: paisagens arruinadas, distritos urbanos desordenados, focos de doenças, trechos de deserto, milhas e milhas de cortiços padronizados, enxameando nas áreas que circundam as grandes cidades e confundindo-se com os seus subúrbios inúteis. Em resumo: malôgro geral e a derrota do esforço civilizado. Tão distanciadadas ficaram as nossas realizações das nossas necessidades que todos os cem anos de persistente reforma na Inglaterra, o primeiro país

a sofrer drásticamente por causa da desurbanização, apenas na última década* começaram a deixar a sua marca. Na verdade, existem aqui e ali zonas onde há bons edifícios e forma social congruente; novos estilos podem ser percebidos, e desde 1920 aquelas zonas vêm-se propagando. Mas os resultados capitais de mais de um século de construções erradas, má formação, dissociação e desorganização ainda estão patentes. Tanto faz que o observador concentre o seu olhar na estrutura física da vida comunal como nos processos sociais que devem ser corporificados e expressos, a impressão permanece a mesma.

Hoje, começamos a sentir que a melhoria das cidades não é matéria para pequenas reformas unilaterais: a tarefa de traçar uma cidade implica a tarefa maior de reconstruir uma nova civilização. Precisamos alterar os métodos de vida parasitários e predatórios que ora desempenham papel tão relevante, e precisamos criar, região por região, continente por continente, uma simbiose efetiva ou uma vida cooperativa comum. O problema é coordenar,* com base nos valores humanos mais essenciais que a ambição de poder e a ambição de lucros, uma série de funções e de processos sociais de que até agora fizemos mau uso na construção de cidades e de formas de governo, ou dos quais nunca racionalmente tiramos partido.

Infelizmente, as filosofias políticas em moda no século passado são de muito pouca valia na definição dessa nova tarefa: tratavam elas de abstrações legais como o Indivíduo e o Estado, de abstrações culturais como a Humanidade, a Nação e o Povo, ou de simples abstrações econômicas como a Classe Capitalista e o Proletariado — enquanto que a vida como era concretamente vivida, em regiões, cidades e aldeias, em trigais, milharais e vinhedos, na mina, na pedreira, no local de pesca, era concebida apenas como uma sombra dos mitos prevaletentes ou das arrogantes fantasias das classes dominantes — ou das muitas vezes não menos sombrias fantasias daqueles que as desafiavam.

Veza por outra, notam-se, de certo, exceções vigorosas tanto em teoria como na ação. Le Play e Reclus na França, H. W. Riehl na Alemanha, Kropotkin na Rússia, Howard na Inglaterra, Grundtvig na Dinamarca, Geddes na Escócia, começaram, meio século atrás, a lançar as bases de uma nova ordem. O descortino desses homens pode revelar-se tão importante

(*) A primeira edição deste livro foi publicada em Nova York em 1938 (N. do T.).

Mu
que
e e
car
dur
con
lin
ord
ran
qui
cor
nos
fis
alg
foi
cl
no
ca
á
m
m
da
m
q
de
e
e
e

como o novo regime biotécnico, baseado na cultura deliberada da vida, como as formulações de Leonardo, Galileu, Newton e Descartes o foram para a ordem maquinal mais limitada sobre a qual os triunfos passados da nossa civilização mecânica tiveram a sua base. Nesse aperfeiçoamento gradual das cidades a, obra de sanitaristas como Chadwick e Richardson, de planejadores de comunidades como Olmsted, de arquitetos perspicazes como Parker e Wright, proporcionou a base concreta para um ambiente coletivo do qual as necessidades de reprodução, de nutrição e de desenvolvimento psicológico e os próprios processos sociais iriam adequadamente servir-se.

Ora, o meio urbano dominante do século passado foi principalmente um acanhado produto da ideologia da máquina. E a sua maior porção já se tornou obsoleta ante o rápido avanço das artes e ciências biológicas e ante a penetração incontida do pensamento sociológico em todos os setores. Chegamos agora a um ponto em que as novas acumulações de percepção histórica e de conhecimento científico estão a ponto de transbordar para a vida social, para modelar de novo as formas das cidades, para cooperar na transformação assim dos instrumentos como das metas da nova civilização. Já se tornam visíveis as alterações profundas que irão afetar a distribuição e o aumento da população, a eficiência da indústria e a qualidade da Cultura Ocidental. Formular uma estimativa precisa dessas novas potencialidades e insinuar o seu encaminhamento pelos canais do bem-estar humano é um dos encargos mais importantes do estudioso contemporâneo das cidades. Em última análise, tais estudos, antevistas e projetos de imaginação precisam apoiar-se diretamente na vida de todo ser humano em nossa civilização.

Que é a cidade? Como funcionou o Mundo Ocidental a partir do décimo século, quando começou a renovação das cidades, e em particular, que alterações se verificaram na sua composição física e social durante o último século? Que fatores condicionaram o tamanho das cidades, os limites do seu desenvolvimento, o tipo de ordem evidenciada no planejamento de ruas e nas construções, a maneira pela qual se constituíram os seus núcleos, a composição das suas classes econômicas e sociais, a sua modalidade de existência física e o seu estilo cultural? Por força de quais processos políticos de federação ou amálgama, união cooperativa ou centralização, existiram as cidades? e que novas unidades de administração sugere a época presente? Teremos já encontrado uma forma urbana apropriada para refrear tôdas as complexas forças técnicas e sociais da nossa civilização? e se é discer-

nível uma nova ordem, quais são as suas linhas básicas? Quais são as relações entre a cidade e região? E que passos se fazem necessários para redefinir e reconstruir a própria região, como habitação humana coletiva? Quais são, em suma, as possibilidades de criação de forma, ordem e designio em nossa atual civilização?

Tais são algumas das perguntas que irei propôr no estudo que se segue. Onde fôr possível, lançarei mão, para responder, de exemplos contemporâneos concretos; processo que é sobremaneira fácil, porque os germes e as formas embrionárias da nova ordem já, em grande parte, existem a esta altura. Mas onde tal fôr impossível, tratarei de descobrir o princípio essencial com base no qual pode predizer-se uma resposta ou solução exequível.

Hoje, o nosso mundo acha-se diante de uma crise: uma crise que, se as suas conseqüências fôrem tão graves como agora parecem, pode ainda não estar completamente resolvida antes de mais um século. Se as forças destruidoras da civilização ganharem predominância, a nossa nova cultura urbana será atingida de todos os lados. As nossas cidades, dinamitadas e desertas, serão cemitérios para os mortos; frios covis entregues às bêstas menos destruidoras que o homem. Podemos, porém, evitar êsse destino: talvez que somente ao enfrentar um desafio assim desesperado, as forças criadoras venham a reunir-se eficientemente. Em vez de nos apegarmos às sardônicas târres funerárias das finanças metropolitanas, cabe-nos marchar para os campos recém-amanhados, criar novos modelos de ação política, alterar para propósitos humanos os pérfidos mecanismos do nosso regime econômico, conceber e fazer germinar formas novas de cultura humana.

Em vez de aceitar o cediço culto dos mortos que os fascistas erigiram como a coroa apropriada para o servilismo e a brutalidade que são os pilares dos seus estados, devemos erigir o culto da vida: da vida em ação, como a conhecem o fazendeiro ou o mecânico; da vida em expressão, como a conhece o artista; da vida como a sente o amante e como o pai a pratica; da vida como é conhecida pelos homens de boa vontade que meditam no claustro, experimentam no laboratório ou planejam inteligentemente na fábrica ou no departamento do governo.

Nada é permanente: certamente não o são as imagens geladas do poder bárbaro com que o nazismo agora se nos defronta. Essas imagens podem facilmente ser esmagadas

por um choque vindo de fora, despedaçadas tão ignominiosamente como um Dragão caído, maciço ídolo dos que não crêem em Deus; ou podem vir a ser derretidas pelo calor interno de homens e mulheres normais. Nada perdura que não seja a vida, a capacidade de nascer, crescer, e renovar-se. Quando, mais uma vez em nossa civilização, a vida rebelar-se para vencer a confiança inexorável da barbárie, a cultura das cidades será, a um só tempo, instrumento e meta.

CAPÍTULO I

PROTEÇÃO E A CIDADE MEDIEVAL

1. — *Despindo o Mito Medieval*

Antes que se trate da cidade medieval, é preciso que se dispam as falsas roupagens com as quais gerações sucessivas envolveram aquela parte do passado europeu. A Idade Média foi denegrida, no início da Renascença, por vícios que realmente pertenciam aos seus detratores; a História oferece muitos exemplos de "censura transferida". Assim, os primeiros habitantes das cidades históricas foram reprovados por terem demolido preciosos monumentos romanos, que de fato só foram destruídos depois de ter chegado justamente o período que professava dar-lhes valor, a era dos neo-humanistas.

Afastemo-nos, para começar, da noção de que o período do décimo ao décimo-sexto século foi um composto de ignorância, corrupção, brutalidade e superstição; pois tal descrição não se adapta inteiramente à totalidade da Europa, nem mesmo durante as piores partes dos Tempos Sombrios, que sentiram ainda a influência civilizadora do monaquismo celta e da ordem e da economia rigorosa de Carlos Magno. Essa impressão sobre a Idade Média é parcialmente um produto dos "Romances Góticos" do século dezoito, com os seus quadros sombrios de câmaras de tortura, teias de aranha, mistério e desvario. Sem dúvida, tais elementos existiram; não caracterizaram, porém, a civilização em seu todo, assim como a existência de bandoleiros armados, de quadrilhas organizadas e de piratas fascistas não caracteriza a nossa civilização atual. Não se devem ampliar os pontos negros do passado nem diminuir os dos nossos próprios dias.

É preciso, de certo, que se ponham igualmente de lado as graciosas tapeçarias da Idade Média compostas por Pugin, Ruskin, Morris e escritores semelhantes: eles muitas vezes trataram de intenções como se fôssem fatos e a de ideais

CAPÍTULO II

A CÔRTE, A PARADA, A CAPITAL

1. — *Na Esteira Luminosa da Idade Média*

As instituições humanas não morrem como organismos biológicos. Fragmentos de cultura continuam vivendo muito depois que a sociedade que originalmente os sustinha desapareceu; muitas vezes, bem depois que deixaram de ser uma reação racional a uma situação ou a expressão de uma necessidade. A cultura do período medieval ainda estava ativa durante a Renascença: os restos da cidade medieval encontravam-se por toda parte. Algumas instituições renovaram-se, adotando os costumes do seu tempo: o monaquismo adquiriu vida nova na organização militar da Companhia de Jesus; enquanto isso, outras instituições, como a universidade, achavam-se em hibernação.

No campo, não chegou a haver solução de continuidade entre a construção gótica e neo-gótica. O construtor provinciano inglês trouxe para o século dezoito estilos tradicionais de construção que os cavalheiros educados, ignorantes da vida fora do seu círculo, começavam a ressuscitar *como decoração* e diversão, à maneira de *Sir Horace Walpole*. Até mesmo em o Novo Mundo, as antigas leis medievais do mercado continuavam vigorando nas cidades.

É a Tom Tower, de Wren, em Oxford, gótica ou neo-gótica? Pode lançar-se mão de razões igualmente válidas para chamá-la de um ou de outro modo. Boa parte das novas construções do século dezesete, praticamente todas as construções renascentista antes desse século, tiveram lugar em ruas medievais, dentro dos muros de cidades essencialmente medievais, erigidos por ofícios e guildas que eram ainda organizados dentro de moldes medievais. Há igrejas, como o Oratoire, de Paris, que combinam as formas de construção medieval com as colunas renascentistas e contrafortes "góticos":

o correspondente de pedra da combinação, feita por Rabelais, do mosteiro medieval e da nova habitação rural, na sua descrição da Abadia de Telema. Tais símbolos são significativos. Nenhuma generalização verbal, e menos ainda expressões rígidas como "Renascentista", "Barroco" ou "Neo-clássico", pode fazer justiça a todas as variedades e graduações de forma que assinalam o período de transição. Não há duas cidades que mostrem exatamente a mesma combinação de características arquitetônicas.

O fato é que apenas um punhado de pessoas, em qualquer época, compõe-se realmente de contemporâneos dela. Só muito lentamente, a massa do povo chega a corresponder às correntes que se entrecruzam nas classes dominantes ou na elite intelectual; se isso é principalmente verdadeiro mesmo hoje em dia, era não menos verdadeiro antes que a erudição universal tivesse acelerado o progresso das comunicações. O que os historiadores são tentados a caracterizar como traços de uma era indica muito mais coisas a respeito dos seus pontos de vista pessoais e da sua estrutura de referências do que a respeito dos fatos objetivos. Para bem da clareza, talvez se deva adotar para a sociologia um conjunto de termos paralelo à classificação mendeliana dos caracteres biológicos, em dominantes e recessivos; e devem acrescentar-se mais duas características úteis: a das sobrevivências e das mutações. Em Roma, antes de Constantino, a Igreja Cristã foi uma mutação; dentro da cidade, mal se tinha consciência de sua presença; vivendo em criptas e catacumbas, nos arrabaldes, ocultava ela até mesmo a sua presença física. Na cidade medieval, a Igreja foi uma dominante: nenhuma parte da vida podia deixar de dar-se conta da sua existência e da sua influência. Nas grandes capitais do século dezesete, a Igreja tinha-se transformado em recessiva: era ainda uma presença visível imponente, mas não mais uma força social unificadora e dinâmica. Na metrópole de hoje, a Igreja é uma sobrevivência: a sua força baseia-se em números, riqueza, organização *material*, não na sua capacidade de imprimir as suas características às atividades quotidianas dos homens; pretende muita coisa, mas, a não ser pela repetição e pela rotina, pouco contribui para a vida espiritual ativa da cidade.

Que é que "caracteriza" uma época? Principalmente, os caracteres dominantes e os recessivos, pois contêm a herança ativa do passado e concentram as forças bem sucedidas do presente. Mas as sobrevivências ocupam muitas vezes na cena visível parte maior do que os dominantes ou os recessivos.

sivos: modificam êsses elementos novos, às vêzes retardam a sua apresentação, às vêzes ganham fôrça nova, submetendo-se ao processo de renovação. Sobrevivências de religiões antigas, pré-cristãs, a crença na magia, a crença em feitiçaria, perduram ainda em várias camadas da mentalidade moderna, imunes à ação germicida da ciência positiva: são, na realidade, uma disposição automática contra uma base demasiado estreita de continuidade na herança cultural. Pois não foi parcialmente por intermédio do estímulo dos livros sôbre sonhos mágicos, como o de Artemidorus Daldianus, que o Dr. Sigmund Freud fêz as suas profundas descobertas psicológicas sôbre a função dos sonhos? Com relação às novas mutações, muitas vêzes isoladas, débeis, lutando mesmo para existir, são usualmente capazes de ter apenas um pequeno efeito contemporâneo: a sua influência pode ser tão limitada como o foram as admiráveis perspectivas técnicas de Leonardo e o seu engenho inventivo, no século dezesseis — idéias que teriam sido ampliadas de muitos diâmetros, tivessem aparecido no meio mais propício do comêço do século dezenove.

Entre os séculos quinze e dezoito, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto forma como conteúdo da vida urbana foram transformados em consequência dêle. O novo padrão de existência brotava de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista; de uma nova estrutura política, a do despotismo centralizado ou da oligarquia, cujas linhas foram inicialmente traçadas no mosteiro e no exército. Mas, até o século dezessete, tôdas essas modificações foram esporádicas e tentativas: restringiam-se a uma minoria; eram eficientes apenas em dados trechos; encontravam-se em estado embrionário, recebendo alimentação de uma sociedade antiga, da qual iriam brevemente emergir com um forte brado.

A fim de compreender a disciplina e a ordem da cidade pós-medieval, é preciso que se penetre mais a fundo na desintegração da síntese medieval. E neste passo, depois que se tenham levado na devida conta as escolhas dos homens e o desenvolvimento imanente das instituições, talvez seja preciso que se dê maior pêso a um acaso super-poderoso: a devastação causada pela Peste Negra, no século quatorze. Pois a verdadeira Renascença na vida européia, a grande época da deificação de cidades e dos triunfos intelectuais, tinha-se iniciado dois séculos antes daquela ocorrência, e atingira a sua apoteose simbólica na obra de um Aquino, um Alberto Magno, um Dante, um Giotto.

A chamada Renascença, que se seguiu, no século quinze, achava-se antes em a natureza de uma crença ilusória da parte dos seus contemporâneos: por engano, tomaram a cauda brilhante do foguete que caía pela energia que originalmente o erguera no espaço. Thorndike, aliás, levantou com muita propriedade a questão de saber se não houve uma queda geral da civilização e da produtividade científica, após os séculos doze e treze. Cita êle o contraste existente na mente de Petrarca entre os dias felizes e confiantes da sua juventude, “quando não havia necessidade de fechar as portas depois de escurecer ou de manter as muralhas em bom estado”, quando Petrarca estava em condições de caminhar sozinho pela noite, nas montanhas perto de Avinhão, e as condições da sua velhice, quando aquela paisagem outrora pacífica tornara-se infestada de assaltantes e de lobos.

Entretentes, dera-se a intervenção da peste; sucederam-se uma quebra de continuidade e uma redução da vitalidade, como a que ocorre depois de uma guerra exaustiva. Resultaram desordens sociais: a propagação da guerra e dos despotismos militares, a supressão da liberdade acadêmica nas universidades, a estudada subordinação dos poderes espirituais ao interesse da autoridade temporal — algo semelhante ao que se está verificando na Alemanha, na Itália e em várias outras partes da Europa, mais uma vez, em nossos dias. A transformação das universidades, de associações internacionais de estudiosos que eram em organizações nacionalistas, servis perante os novos dominadores, impermeáveis a “pensamentos perigosos”, prosseguiu firmemente.

Dentro de uns poucos séculos, todos os setores da vida social mostravam sinais de profunda debilidade ou decadência. No século quinze, de acôrdo com von Below, deu-se o início da jogatina organizada em casas fornecidas pela municipalidade. E as mesmas tendências surgiram na Igreja, não simplesmente com compra de posições e a venda de bênçãos, mas com o recrudescimento generalizado da superstição. A crença na feitiçaria, proscria por São Bonifácio no século oito e tratada como crime pelas leis de Carlos Magno, recebeu a sanção final da Igreja em 1484. E foi no século dezessete, assinalado pelo aparecimento de Galileu e Newton e pelos métodos exatos na ciências físicas, que a perseguição dos feiticeiros ganhou popularidade. Na realidade, alguns dos mais torpes criminosos, nesse particular, foram os próprios cientistas e filósofos científicos: pessoas como Glanvill, que, quase de um só fôlego, prediziam o triunfo da ciência e a completa transformação do mundo físico por meio da técnica.

Da universalidade medieval à uniformidade barrôca; do localismo medieval ao centralismo barroco; do absolutismo de Deus e da Igreja Católica ao absolutismo do soberano temporal e do Estado Nacional — passaram-se quatro ou cinco séculos entre êsses fenômenos. Não façamos sombra à natureza essencial dessa modificação, referindo-nos unicamente às suas decorrências estéticas: o desenterramento e a avaliação dos monumentos clássicos, a descoberta de Platão e Vitruvius, o culto das Cinco Ordens na arquitetura. Tais fatos dão apenas uma chave superficial para o que se estava passando. As tendências fundamentais da nova ordem só se tornaram visíveis depois que a totalidade dos aspectos da vida tinha-se separado do todo medieval e reunido sob uma nova bandeira. Isso só veio a ocorrer no século dezessete. Foi então que as instituições de precursores, como Alberti, tornaram-se afinal manifestadas no estilo barroco de vida, no planejamento barroco, nos jardins barrocos e na cidade barrôca.

Dado que tôdas essas tendências foram afinal postas em posição de domínio na cidade barrôca, preferi usar êsse termo — originalmente de desdém — como termo de descrição social, não de limitada referência arquitetônica. O conceito do barroco, tal como tomou forma no século dezessete, é particularmente útil, porque contém em si os dois elementos contraditórios da época. Primeiro, o lado matemático, mercantil e metódico, expresso na perfeição dos rigorosos traçados das suas ruas, nos delineamentos formais das suas cidades, nos seus projetos paisagísticos geomêtricamente ordenados. E, ao mesmo tempo, na pintura e na escultura do período, abrange êle o lado sensual, o rebelde, o anti-clássico, o anti-mecânico, expresso nas suas roupas, na sua vida sexual, no seu fanatismo religioso e na sua diplomacia desvairada. Entre os séculos dezesseis e dezenove, êsses dois elementos existiram lado a lado: às vêzes, agindo separadamente, às vêzes contidos de maneira tensa dentro de um todo mais amplo.

Nesse aspecto, podem considerar-se as formas do princípio da Renascença, na sua pureza, como proto-barrôcas, e as formas neo-clássicas, de Versalhes e São Petersburgo, como barrôcas "recentes"; ao passo que até o romantismo descuidado e sem controle dos renovadores góticos poderia ser paradoxalmente considerado como uma fase do capricho barroco. Nada disso faz sentido, quando se pensa no barroco como um momento único no desenvolvimento do estilo arquitetônico. Mas a dilatação do termo prosseguiu sem

parar durante a geração passada; e certa característica vaga e contraditória do epíteto sanciona mais ainda êsse emprêgo especial. Com referência à cidade, as formas renascentistas são a mutação, as formas barrôcas são as dominantes, e as formas neo-clássicas são as sobrevivências, nessa complexa transformação cultural.

2. — O Território e a Cidade

Desde o início da Idade Média, dois poderes vinham disputando a liderança, na Europa Ocidental: um era real, o outro municipal. Mesmo nos grandes dias das Cidades Livres, havia partes da Europa em que o poder real tinha-se consolidado mais rapidamente e mantivera as próprias cidades em estado de vassalagem feudalista: a Inglaterra, a Aquitânia, a Sicília, a Áustria. Onde o poder real e imperial era mais fraco, como na Itália Setentrional, a cidade alcançou a sua mais completa independência como unidade política. Mas, mesmo onde era forte, como em Aragão, estava o poder real longe de ser absoluto; haja vista o juramento solene dos súditos do Rei de Aragão: "Nós, que somos tão bons como vós, juramos aceitar-vos, a vós que não sois melhor do que nós, como nosso rei e soberano senhor, desde que observeis tôdas as nossas liberdades e tôdas as nossas leis; se não o fizerdes, porém, não o faremos."

A consolidação dos feudos dispersos e a criação de terrenos contínuos de administração política dentro de uma estrutura claramente definida foi importante para o bem-estar das comunidades em causa. A verdadeira questão era saber se tal consolidação haveria de ser feita em benefício de uma pequena classe privilegiada, ou se teria de ser conseguida por meio da livre união de cidades e regiões. Infelizmente, as próprias cidades, como já vimos, não estavam imunes às tentativas de uma vida predatória e parasitária, possibilitada pelo controle dos armamentos militares: entregaram-se à exploração pela força, tanto nos territórios próprios como em aventuras imperialísticas mais remotas, a repetir, alternadamente, os erros políticos dos espartanos e dos atenienses.

As cidades mais fortes não raro tratavam de conquistar as suas vizinhas mais fracas, quando não por melhor propósito, para suprimir um mercado rival: e em tempos de guerra, desde os fins do século doze, passaram a transferir grande soma de poder executivo a um agente especial, a Podestá, que, por força da emergência, foi libertada das peias da lei.

Em suma, para conquistar o domínio despótico sobre as suas vizinhas, as cidades consentiram em perder a sua própria liberdade interna; o que é mais importante, perderam a situação moral contra outras formas de despotismo. Como já indiquei, a única parte da Europa em que as corporações cívicas e o estado territorial foram unificados sem perda da liberdade cívica foi a Confederação Cantonal Suíça.

No princípio da Idade Média, os grandes senhores feudais tinham conseguido aumentar os seus dependentes, coletar as suas rendas, e assegurar uma parcela módica de paz e de ordem em seus domínios, apenas por estarem em contínuo movimento de um feudo para outro. A corte era um acampamento móvel: a vigilância e o movimento eram o preço do poder. Isso valia tanto para reis como para nobres menores. Os ministros reais, os juizes reais, toda a aparelhagem de governo e controle fiscal, eram essencialmente uma aparelhagem móvel: a autoridade era mantida por meio da fiscalização pessoal. Durante o século quatorze, nas grandes monarquias da Inglaterra e da França, esse processo chegou a interromper-se. Os registros da corte, as listas, os livros, os arquivos, a correspondência, para não mencionar os próprios oficiais, tinham-se tornado demasiado numerosos e volumosos para se moverem. A medida que a população e o território cresciam de tamanho, a fiscalização pessoal direta tornava-se impossível: fazia-se necessária a administração pessoal e a delegação de autoridade.

Embora o movimento popular em prol do controle parlamentar não se mantivesse com grande êxito a não ser na Inglaterra, o Estado moderno começou a tomar forma no século quatorze. As suas características são uma burocracia permanente, cortes permanentes de justiça, arquivos e registros permanentes e edificações permanentes, mais ou menos centralmente situados, para a condução dos negócios oficiais. O processo foi bem descrito por Tout. "Pelo reinado de Henrique II — observa Tout — o rei inglês centralizara tanta autoridade sob a sua jurisdição imediata que todos os homens de posses tinham ocasiões frequentes de procurar justiça ou solicitar favores na corte." Esse movimento, ou antes, essa *estabilização*, verificou-se inicialmente na administração financeira, que tinha a sua sede especial em Westminster: gradualmente, foi estendida a todos os demais departamentos do Estado. E o próprio processo tinha natureza recíproca: a centralização da autoridade necessitava da criação da capital, ao passo que a capital, dominando as vias principais de comércio e movimentação militar, era uma contribuição poderosa para a unificação do Estado.

Note-se que a capital tinha um papel social assim como um papel político a desempenhar. Na capital, os hábitos, costumes e linguajar provincianos eram fundidos e re-condensados à imagem da corte real, na chamada imagem nacional — nacional por prescrição, mais que por origem. Foram necessários séculos para efetivar uma unificação mesmo em atividades extra-pessoais tais como o regulamento de pesos e medidas: só em 1665 foi que Colbert propôs "trazer a totalidade do reino de sua majestade para dentro dos mesmos estatutos e para dentro do mesmo sistema de pesos e medidas". A própria segurança de vida e de propriedade não se seguiram muito rapidamente em todos os cantos do novo domínio nacional: ainda em 1553, nos *Guides des Chemins de France*, havia anotações nos espaços abertos, entre cidades de "brigandage" e "Floresta Perigosa".

A consolidação do poder na capital política foi acompanhada por uma perda de poder e de iniciativa nos centros locais: o prestígio nacional equivalia à morte da liberdade municipal local. O próprio território nacional passou a ser o elo de ligação entre diversos grupos, corporações, cidades: a nação era uma sociedade abrangente em que se entrava desde o nascimento. Os novos teóricos da lei, como Gierke demonstrou, eram impelidos a negar que as comunidades locais e os grupos corporativos tinham existência própria: a família era o único grupo, fora do Estado, cuja existência era considerada válida em si mesma, o único grupo que não exigia a benigna permissão do soberano para exercer as suas funções naturais.

Uma vez que o poder político estava assim consolidado, os privilégios econômicos eram obtidos pelos indivíduos, não da cidade, mas do príncipe; e podiam ser exercidos, via de regra, em qualquer parte do reino. Após o século dezesseis, por conseguinte, as cidades que cresciam mais rapidamente em população, área e riqueza eram aquelas que abrigavam uma corte real: a fonte do poder econômico. Cerca de uma dúzia de cidades alcançou rapidamente um tamanho não atingido na Idade Média, nem por um punhado delas: com pouco, Londres tinha 250 000 habitantes, Nápoles 240 000, Milão mais de 200 000, Palermo e Roma, 100 000, Lisboa, abrigo de uma grande monarquia, mais de 100 000; assim, também, Sevilha, Antuérpia e Amsterdão; ao passo que Paris, em 1594, tinha 180 000.

Enquanto os grandes estados do mundo moderno tomavam forma, as capitais continuavam a monopolizar a população. No século dezoito, entre as cidades com mais de 200 000

incluíam-se Moscovo, Viena, São Petersburgo e Palermo, enquanto que, já na casa dos 100 000, achavam-se Varsóvia, Berlim e Copenhague. Pelos fins do século dezoito, Nápoles tinha 433 930 habitantes, Paris cerca de 670 000, e Londres mais de 800 000; ao passo que as cidades comerciais como Bristol e Norwick, ou as cidades industriais como Leeds, Manchester, Iserlohn e Paderborn, na sua maior parte, continuavam pequenas: isto é, com menos de cinquenta mil habitantes. A cidade comercial de Hamburgo e a cidade industrial de Lião, ambas com sólidas fundações medievais, e uma vida econômica continuada, são as principais exceções; pois ambas tinham mais de 100 000 habitantes no início do século dezenove; mas, até então, não representavam as formas dominantes de poder político e financeiro.

Em contraste com o regime medieval, o poder e a população não se achavam mais desligados, dispersos, descentralizados. Apenas nos países germânicos o tipo antigo de economia municipal chegou efetivamente a perdurar; e o crescimento da Brandenburgo-Prússia, no século dezessete, modificou a forma das coisas mesmo ali. O estado crescia à custa das partes componentes: a capital crescia fora de toda proporção, relativamente às cidades provincianas, e, em não pequena medida, às suas expensas. Embora as capitais naturais fossem geralmente situadas em pontos de especial vantagem para o comércio e a defesa militar — já que tais elementos entraram inicialmente na sua escolha — os governantes barrocos concentraram todos os poderes do Estado para confirmar essas vantagens. Onde havia falta de um centro natural, imitavam à distância a colossal força de vontade de Pedro o Grande, na fundação de São Petersburgo.

Em resumo, a multiplicação de cidades interrompeu-se; a construção de cidades já não era, para uma classe crescente de pequenos artesãos e mercadores, um meio de obter liberdade e segurança. Era, antes, um meio de consolidar o poder político no centro único, pôsto diretamente sob o olhar real e a evitar que tal desafio à autoridade central se levantasse noutra parte, em centros dispersos, mais difíceis de controlar. A época das cidades livres, com a sua cultura amplamente difusa e seus estilos relativamente democráticos de associação, cedeu lugar à época das cidades absolutas: uns poucos centros que cresceram desordenadamente, deixando às demais cidades o direito ou de aceitar a estagnação ou de iludir-se em gestos desamparados de imitação.

Lei, ordem, uniformidade — tudo isso são produtos especiais da capital barrôca; mas a lei existe para confirmar a

condição e garantir a posição das classes privilegiadas; a ordem é uma ordem mecânica, baseada não no sangue, nem na vizinhança, nem na afinidade de propósitos e de afeições, mas na sujeição ao príncipe dominante; quanto à uniformidade — é a uniformidade do burocrata, com os seus gabinetes, os seus *dossiers*, a sua papelada, os seus numerosos artifícios para regulamentar e sistematizar a coleta de impostos. Os meios externos de tornar obrigatório esse padrão de vida pertencem ao exército; a sua arma econômica é a política capitalista mercantil; e as suas instituições mais típicas são o exército regular, a bolsa, a burocracia e a corte. Há uma harmonia fundamental que penetra em todas essas instituições: entre si, criam elas uma nova forma de vida social — a cidade barrôca.

3. — *Os Instrumentos de Coerção*

No crescimento do Estado moderno, o capitalismo, a técnica e a guerra desempenham uma parte decisiva; mas é impossível atribuir um papel preponderante a um ou outro. Cada qual se desenvolveu através de causas internas e em resposta a um meio comum; e o Estado desenvolveu-se juntamente com eles.

Como nasceram as doutrinas modernas de poder político absoluto? Por que o déspota político emergiu tão facilmente das concentrações de capital econômico e autoridade política que tiveram lugar na cidade italiana do século quatorze, com mais de uma corporação, mais de uma família, a disputar a posição? Como a moda do despotismo, criando grandes déspotas, como os Tudores, e pequeninos déspotas, como os governantes dos estados germânicos, propagou-se pela Europa — déspotas que tiveram os seus correspondentes, não raro as suas origens, nos novos homens de negócios e financistas? Existe outro nome para essa crença crescente no poder absoluto: poder-se-ia chamá-la de ilusão da pólvora.

O velho truismo de que a pólvora provocou a ruína do feudalismo está longe de ser verdadeiro. Embora a independência feudal não pudesse resistir à centralização do poder em monarquias nacionais, a pólvora teve o efeito de dar aos aristocratas feudais um novo título de vida, protegendo-os contra a pressão das cidades muradas; pois a pólvora fez crescer a ordem, a força e a mobilidade dos soldados profissionais — e a profissão das armas era a velha profissão do chefe feudal. Num sentido muito real, todavia, a introdução da pólvora no princípio do século quatorze —

aquêle século que solapou tão numerosas instituições medievais — foi como o dobre de finados das cidades livres.

Até aquela época, a segurança tinha repousado principalmente num artifício técnico muito simples — o fôssô e a muralha — defesa suficiente contra os guerreiros assaltantes que não conduziam quaisquer instrumentos pesados de assalto. Uma cidade bem fortificada era virtualmente inexpugnável: já mesmo na época de Maquiavel, observava êle que as “cidades da Alemanha ... são de tal modo fortificadas que ... reduzi-las seria tedioso e difícil, pois tôdas têm os necessários fossos e bastiões, artilharia suficiente e sempre conservam no armazém público comida, bebida e combustível para um ano.”

Até o século quinze, a defesa tinha predominância em relação ao ataque. O avançado tratado de Alberti sobre planejamento de cidades, publicado após a sua morte, não mostrava confiança no canhão, e a nova arte de fortificação desempenhava apenas um papel sem importância. Aliás, estava a artilharia tão imperfeita e era empregada com tão pouca habilidade que, como observa Guicciardini, o sítio de cidades era lento e incerto; e, até a invasão francesa da Itália, no reinado de Carlos VIII, com um número sem precedente de soldados, 60 000, e com balas de canhão de ferro em vez de pedra, tudo a se deslocar numa velocidade até então não sonhada — até que isso aconteceu, as cidades achavam-se em pé de igualdade, ou melhor, mais que em pé de igualdade, com os grupos atacantes. A partir de então, as condições se inverteram: embora uma bala não explosiva, de pedra ou de ferro, que o canhão do defensor pudesse utilizar, causasse muito poucos danos quanto atirada sobre uma companhia de homens, poderia provocar consideráveis estragos quando empregada no assalto para abrir uma muralha ou derrubar um teto. A nova artilharia do fim do século quinze tornou vulneráveis as cidades.

Na tentativa para igualar as condições militares, as cidades, a partir desse ponto, foram compelidas a abandonar o seu antigo sistema de muros simples, defendidos na sua maior parte por uma soldadesca de cidadãos. Foram elas forçadas a contratar soldados, para que pudessem avançar e enfrentar o inimigo em combate aberto; e, após a bem sucedida defesa de Milão por Próspero Colonna, em 1521, foram forçadas a adotar métodos novos de fortificação que tinham sido ali elaborados pelos engenheiros militares. Essas novas fortificações eram muito mais complicadas que as antigas muralhas: tinham revelins, ressaltos, bastiões, em formação à moda de

estrêla, que permitiam tanto à artilharia como à infantaria armada abrir fogo sobre as fileiras das forças atacantes de qualquer lado onde pudessem aparecer. Levando os mosquetes dos defensores até as posições mais avançadas, podiam teoricamente pôr a própria cidade, cuja circunferência estaria a muitas centenas de metros para trás, fora do alcance da mais poderosa arma do inimigo. Durante dois séculos, essas engenhosas medidas de defesa pareceram prometer segurança: mas, como tantas outras formas de proteção militar, lançaram um terrível encargo social aos ombros da população protegida, e acabaram sendo responsáveis, em muitas cidades, por aquelas condições sórdidas pelas quais a cidade medieval tantas vezes tem sido reprovada.

Em lugar da muralha simples de tijolos, que um pedreiro construtor de casas comuns podia planejar ou erigir, era necessário agora criar um sistema complicado de defesa que demandasse grande conhecimento de engenharia e despesas enormes em dinheiro. Tais fortificações, difíceis de construir, eram ainda mais difíceis de alterar, a não ser a preço proibitivo. As velhas muralhas podiam ser estendidas, para abranger um subúrbio; não embaraçavam o crescimento e a adaptação naturais. Mas as novas fortificações impediam a expansão lateral. Nos séculos dezesseis e dezessete, as fortificações devem ter tido o mesmo efeito sobre as finanças que a construção de vias subterrâneas tem tido tantas vezes na metrópole moderna: representavam um encargo intolerável para a municipalidade e expunham-na à ajuda exorbitante do financista.

Mesmo sob um regime centralizado, como na França, os habitantes de Metz ofereciam gratuitamente os seus serviços, para que pudessem realizar com 25.000 libras obra que de outra forma teria custado 50.000: um esforço voluntário para fugir a pesadas imposições financeiras. A despeito do emprêgo freqüente de trabalhos forçados na França, o custo social não era tão pequeno. Despesas improdutivas de capital, energias que se desviam da produção de bens de consumo, drenam os recursos de um povo, mesmo quando não tenham a sua expressão em termos de dinheiro. Talvez uma das grandes vantagens das cidades inglesas, depois do século dezesseis, que ajudou a Inglaterra na corrida pela supremacia comercial, foi a de que só elas estavam livres dessas taxas cobradas de seus recursos.

Não menos desastrosos que os custos financeiros de construção eram os resultados diretos sobre a própria população. Ao passo que a cidade antiga era dividida em quarteirões e

praças, e depois rodeadas por uma muralha, a cidade recentemente fortificada era planejada como fortificação, e a cidade ficava confinada dentro dessa camisa-de-fôrça. Velha ou nova que fôsse, as suas oportunidades de expansão estavam superadas. O novo crescimento poderia dar-se apenas verticalmente; e não havia burguês prudente que fôsse construir a sua casa fora das muralhas, numa possível terra-de-ninguém. Administradores como Richelieu, aliás, mandaram que tôdas as construções fôsem arrasadas, no território que rodeava uma cidade fortificada: a cidade estendia-se, como Paris até há muito pouco tempo, no meio de um deserto de terra não construída, sujeita ao fogo de artilharia.

As fortificações não só fizeram afastar-se os subúrbios, jardins e pomares para tão longe da cidade que só podiam ser convenientemente alcançados pelas classes mais ricas que podiam dar-se ao luxo de ter cavalos: os espaços abertos dentro delas foram rapidamente cobertos de construções, à medida que a população era impelida da terra circunjacente, por temor e desastre, ou por pressão do encerramento e do monopólio de terras. Esse novo congestionamento levou à destruição dos padrões medievais para espaços de construção, mesmo nalgumas das cidades que conservaram a sua forma medieval e a preservaram por mais tempo. O superpovoamento tinha de fato começado nas capitais, antes mesmo do século dezessete: Stow nota em Londres que as construções de pedra estavam sendo substituídas por edificações de estruturas de madeira, para poupar o espaço ocupado pelas paredes de pedra, mais pesadas, e os prédios de quatro e cinco pavimentos tomavam o lugar dos de dois pavimentos. (A mudança da alvenaria para a construção de estrutura de aço teve lugar, na cidade americana do fim do século dezenove, pela mesma razão). Mas, no século dezessete, essas práticas tornaram-se universais: a construção sistemática de prédios altos teve início — cinco ou seis andares de altura na velha Genebra ou em Paris, às vêzes dez ou doze em Edimburgo.

Essa pressão da competição em busca de espaço forçou a subida dos valores da terra nas capitais políticas. Altos valores imobiliários, como em Berlim desde o tempo de Frederico o Grande, petrificaram-se num mau padrão para a construção de habitações: sôbre-povoamento da terra, ausência de lugares para brincarem as crianças, falta de luz, de ar, de acomodação interior: alugueis caros. As habitações coletivas, para grande parte da população, não simplesmente para mendigos, ladrões, trabalhadores biscateiros e outros proscritos, tornaram-se moda característica da cidade crescente

do século dezessete. A existência desses cortiços desafiava os elevados princípios estéticos dos arquitetos e construtores, da mesma maneira pela qual o emprêgo freqüente dos corredores de Versalhes como mictórios desafiava as exorbitantes pretensões estéticas daquela côrte.

Por volta do século dezesseis, as práticas dos engenheiros italianos dominaram a construção de cidades. O tratado de Dürer sôbre fortificações urbanas só dá ligeira atenção à cidade em si mesma; e, na maioria dos outros livros e planos sôbre o assunto, a cidade é tratada como mero apêndice da forma militar: é, por assim dizer, o espaço “desocupado” que se deixa. Leonardo da Vinci, como Palladio, tratou nos seus cadernos da cidade prôpriamente dita, sugeriu a separação das vias para pedestres das artérias de tráfego pesado e chegou a ponto de insistir com o Duque de Milão na produção em massa e padronizada de casas de trabalhadores. A despeito, porém, dessas férteis sugestões, a sua contribuição à arte de construir cidades permanece pobre e minguada, em comparação com o seu extraordinário zêlo por melhorar a arte da fortificação e do ataque. É fácil ver onde tanto a oportunidade como a energia criadora se encontravam.

O novo movimento acabou por encontrar o seu apogeu nos tipos de fortificação imaginados durante o século dezessete, sôb o grande engenheiro Vauban — um método tão completo que exigia do exército uma nova arma, também sistematizada por Vauban, a dos mineiros e sapadores, para vencê-lo. Embora a arte da fortificação tivesse acarretado sacrifícios intermináveis, entrou em colapso tão logo tinha evoluído a sua forma final. O novo óculo de alcance melhorou o fogo de artilharia; a crescente mobilidade dos suprimentos, por meio de canais e de estradas, e a organização de um comissariado responsável, deram ímpeto ao exército móvel: enquanto isso, o Estado territorial mesmo havia-se transformado na “Cidade” que tinha de ser defendida.

4. — *A Guerra, Construtora de Cidades*

O desenvolvimento intensivo da arte da fortificação transpôs a importância da construção da arquitetura para a engenharia, do planejamento estético para os cálculos materiais de peso, número e posição: prelúdio às técnicas mais largas da máquina. Mas, especialmente, alterou o quadro urbano, do mundo de curto alcance da cidade medieval, com as suas distâncias que se cobriam de uma caminhada, as suas vistas fechadas, os seus espaços abertos, no mundo de largo alcance

da política barrôca, com o seu fogo de longa distância e os seus veículos de rodas, e o seu desejo crescente de ganhar espaço e fazer-se sentida à distância.

Boa parte das novas táticas de vida brotou de um impulso no sentido da destruição: destruição de longo alcance. A piedade cristã e a cupidez capitalista combinaram-se para impelir os novos conquistadores através dos mares, para saquear a Índia, o México e o Peru; enquanto que o novo tipo de fortificação, o novo tipo de exército, o novo tipo de oficina industrial, melhor ilustrados nos vastos arsenais e fábricas de armas, conspiravam para acabar com os modos relativamente cooperativos da cidade protegida. A proteção deu lugar à exploração desenfreada: em vez de segurança, o homem ansiava por expansão aventureira e conquista. E o proletariado doméstico era sujeito a formar um govêrno não menos inexorável e autocrático que aquêle que reduziu a nada as civilizações bárbaras da América do Norte e do Sul.

A guerra apressou tôdas essas transformações; estabeleceu o ritmo de desenvolvimento de tôdas as demais instituições. Os novos exércitos regulares, grandes, poderosos e respeitáveis, em tempo de paz não menos que na guerra, transformaram a própria guerra de atividade espasmódica em contínua. A necessidade de fôrças guerreiras mais dispendiosas pôs as cidades nas mãos de oligarquias onzenárias, que financiavam as políticas melévolas dos governantes, viviam suntuosamente dos lucros e despojos, e procuravam dar vigor à sua posição dando apoio ao despotismo decorrente. Numa crise econômica, as armas da soldadesca alugada podiam ser voltadas, aos primeiros sinais de rebeldia, contra os súditos miseráveis. (Os ingleses escaparam mais cedo que outros países ao padrão barroco pagando na mesma moeda ao seu déspota Stuart).

Na Idade Média, o soldado fôra obrigado a dividir a sua fôrça com o artesão, o mercador, o sacerdote: agora, na política dos estados absolutistas, tôda a lei tinha-se com efeito transformado em lei marcial. Quem quer que estivesse em condições de financiar o exército e o arsenal era capaz de tornar-se dono da cidade. Os tiros simplificaram a arte de governar: eram um meio rápido de pôr fim a um argumento embaraçoso. Em vez de aceitar as acomodações comuns para garantir a sadia manifestação de diversidades de temperamento, de interesse e de crença, as classes dominantes podiam resolver-se com tais métodos de dar e de tomar: o seu vocabulário reconhecia apenas o "tomar". A bala, o canhão, o exército regular, ajudaram a produzir uma raça de gover-

nantes que não reconheciam outra lei senão a da sua própria vontade e do seu capricho — aquela refinada raça de déspotas, ora imbecis, ora talentosos, que elevaram as suspeitas e ilusões do estado paranóico à condição de ritual político. Os seus imitadores totalitários de hoje, com ilusões não menores, mas com capacidade maior de destruição, ameaçam agora a própria existência da civilização mundial.

A transformação da arte da guerra deu aos governantes barrocos uma vantagem enorme sobre os grupos e corporações reais que constituíam uma comunidade. Fêz mais do que outra fôrça única qualquer para alterar a constituição da cidade. O poder passou a ser sinônimo de número. "A grandeza de uma cidade — observava Botero — é considerada como sendo não o tamanho do sítio ou o circuito das muralhas, mas a multidão e o número de habitantes e o seu poder." O exército, recrutado para a guerra permanente, tornou-se um fator novo no Estado e na vida da capital. Em Paris e Berlim, como em outros centros menores, êsses exércitos regulares criaram uma exigência de formas especiais de habitação, já que os soldados não podiam estar permanentemente aquartelados no seio da população sem provocar um senso de agravo; haja vista o resultado de uma tentativa dessa ordem nas colônias inglesas da América do Norte. Os alojamentos do exército tiveram na ordem barrôca quase o mesmo lugar que o mosteiro na medieval; e os campos de paradas — o novo Campo de Marte, em Paris, por exemplo — eram tão freqüentes nas novas cidades como o próprio Marte o era na pintura renascentista. A rendição de sentinelas, a instrução, os desfiles, passaram a constituir um dos grandes espetáculos de massa para a pupulação cada vez mais servil: o retinir do clarim, o bater do tambor, foram ruídos tão característicos dessa nova fase da vida urbana como o dobrar dos sinos o fôra na cidade medieval. O traçado de grandes *Viae Triumphales*, avenidas por onde podia marchar um exército vitorioso com o máximo efeito sobre o espectador, foi um passo inevitável no re-planejamento das novas capitais, notadamente Paris e Berlim.

Juntamente com os quartéis e campos de instrução, que ocupam sítios tão amplos nas grandes capitais, surgem os arsenais. No século dezesseis, um número extraordinário de tais edifícios foi erigido. Por volta de 1540, Francisco I fêz erguer onze arsenais e paióis de pólvora: a mesma coisa foi levada adiante, em ritmo mais vivo ou mais lento, em tôdas as demais capitais. Os soldados, como Sombart mostrou, são puros consumidores; mesmo quando em ação, são

rias. Não foi por acaso que Newton, o físico, tornou-se chefe da moedagem, ou que os mercadores de Londres ajudaram a fundar a Real Sociedade e levaram a efeito experiências em física. Essas disciplinas mecânicas eram, na realidade, inter-substituíveis.

Por trás dos interesses imediatos do novo capitalismo, com o seu amor abstrato ao dinheiro e ao poder, teve lugar uma mudança em toda a estrutura conceptual. E a primeira delas foi uma nova concepção de espaço. Um dos grandes triunfos da mentalidade barrôca foi organizar o espaço, torná-lo contínuo, reduzi-lo à medida e à ordem, estender os limites de grandeza, abrangendo o extremamente remoto e o extremamente pequeno; finalmente, associar o espaço ao movimento.

Essas transformações foram formuladas inicialmente pelos pintores e arquitetos, a partir de Alberti, Brunelleschi e Uccello. Enquanto os realistas flamengos, trabalhando num meio de adiantadas indústrias de fiação, tinham aguda percepção de espaço, ficou para os italianos do século quinze organizar o espaço em linhas matemáticas, dentro de dois planos, a moldura do primeiro plano e a da linha do horizonte. Não se limitaram êles a correlacionar a distância com a intensidade de colorido e a qualidade da luz, mas com o movimento de corpos através da terceira dimensão projetada. Essa aproximação de linhas e sólidos até então não relacionados, dentro da moldura retangular barrôca — no que se distingue dos limites freqüentemente irregulares da pintura medieval — foi contemporânea da consolidação política do território dentro da estrutura coerente do Estado. Mas o desenvolvimento da linha reta uniforme de construções, como meio de exprimir o movimento uniforme, teve lugar pelo menos um século antes da construção de fachadas verdadeiras em avenidas visualmente sem limites.

De igual forma, o estudo de perspectiva derrubou a muralha limitrofe, estendeu a distância para o horizonte e concentrou a atenção nos planos afastados, muito antes que a muralha fôsse abolida como característica do planejamento urbano. Foi êsse um prefácio estético às grandes avenidas de estilo barrôco, que tinham, quando muito, um obelisco, um arco ou um edifício isolado, onde iriam concentrar-se os raios convergentes das linhas de cornijas e dos limites do pavimento. A perspectiva longa e a vista para dentro do espaço — essas características típicas do planejamento barrôco foram descobertas inicialmente pelo pintor. O ato de passagem é mais importante que o objeto alcançado: há interesse mais pro-

fundo no primeiro plano do Palácio Farnesse do que na fachada desajeitada que coroa a colina. A nova janela renascentista é, decididamente, uma moldura de quadro; e a pintura renascentista, uma janela imaginária, que, na cidade, faz com que se esqueça a monotonia do pátio que uma abertura real iria revelar.

Se os primeiros pintores demonstraram a matemática cartesiana antes de Descartes, no seu sistema de coordenadas, o sentido geral de tempo igualmente tornou-se mais matemático. A partir do século dezesseis, o relógio doméstico difundiu-se entre as classes superiores. Mas, ao passo que o espaço barrôco convidava ao movimento, à viagem, conquistada pela velocidade — haja vista os primeiros carros a vela e os velocípedes — o tempo barrôco não tinha dimensões: era um contínuo, de momento para momento. O tempo exprimia-se não como algo cumulativo e contínuo, mas como algo disjuntivo: deixava de ser a existência. O costume social da época barrôca é a moda, que muda a cada ano; e, no mundo da moda, um novo pecado foi inventado — o de não se estar em dia com ela. O seu instrumento prático foi o jornal, que trata de “acontecimentos” do dia a dia, dispersos e logicamente incongruentes, sem nenhuma conexão fundamenta lafora o Jato de serem contemporâneos. Se, nas formas especiais, os modelos repetitivos assumiram um novo significado — colunas nas frontarias dos prédios, fileiras de homens em desfile — no tempo, a ênfase permanece na novidade. Quanto ao culto arqueológico do passado, era, evidentemente, não uma recuperação da História, mas uma negação da História. A História verdadeira não pode ser recuperada.

As abstrações de dinheiro, perspectiva espacial e tempo mecânico forneceram a estrutura que abrangia a nova vida. Progressivamente, a experiência foi-se reduzindo apenas àqueles elementos que eram capazes de ser destacados do todo e medidos em separado: os contadores convencionais tomaram o lugar dos organismos. O que era real era o que fazia parte daquela experiência que não deixava resíduos melancólicos; e nada que não se pudesse exprimir em termos de sensações visuais e ordem mecânica não valia a pena de exprimir-se. Na arte, perspectiva e anatomia; na moral, a casuística dos jesuítas; na arquitetura, as proporções fixas das Cinco Ordens; e na construção de cidades, o plano geométrico complicado. Tais são as novas formas.

Não me interpretem mal. A época da análise abstrata foi uma época de brilhante esclarecimento intelectual. O novo sistema de tratar de fragmentos matematicamente analisáveis,

em vez de tratar de totais, proporcionou os primeiros meios coletivos inteligíveis de abordar esses totais: um instrumento tão útil de ordem como a contabilidade de partidas dobradas no comércio. Nas ciências naturais, o método da abstração levou à descoberta de unidades que podiam ser completamente investigadas, *somente porque* eram desmembradas e fragmentárias. O que se ganhou em capacidade de pensamento sistemático e em previsão precisa de acontecimentos físicos iria justificar-se no século dezenove, numa série de poderosos progressos da técnica.

Na sociedade, porém, o hábito de pensar em termos de abstrações operou de forma desastrosa. A nova ordem estabelecida nas ciências físicas era limitada em demasia para descrever ou interpretar fatos sociais, e, até o século dezenove, o próprio desenvolvimento legítimo da análise estatística desempenhou pequeno papel no pensamento sociológico. Homens e mulheres reais, corporações e cidades verdadeiras, eram tratados pela lei e pelo governo como se fossem corpos imaginários; ao passo que ficções arrogantes como Direito Divino, Governo Absoluto, Estado, Soberania, eram tratados como se fossem realidades. Libertado do seu sentimento de dependência da corporação e da vizinhança, o "indivíduo emancipado" era dissociado e deslocado: um átomo de força, a procurar rudemente aquilo que a força podia dominar. Com a busca de poder financeiro e político, a noção de limites desapareceu — limites em números, limites em riqueza, limites em crescimento de população, limites em expansão urbana; pelo contrário, passou a predominar a expansão quantitativa. O mercador não pode ser demasiado rico e o Estado não pode possuir demasiado território; a cidade não pode tornar-se demasiado grande.

Botero, contemporâneo desse desenvolvimento, percebeu as suas conseqüências. "Os fundadores de cidades — disse ele — considerando que as leis e a disciplina civil não podiam ser facilmente conservadas e guardadas onde enxameava uma vigorosa multidão de pessoas (pois as multidões realmente criam e provocam confusão), limitaram o número de cidadãos além do qual supunham que a forma e a ordem do governo, que procuravam conservar dentro das suas cidades, não pudessem mais ser mantidas. Mas os romanos, supondo que o poder (sem o qual uma cidade não pode ser mantida por muito tempo) consiste, na sua maior parte da multidão de pessoas, lutavam por todos os métodos e meios que podiam para fazer grande o seu país."

No desejo de ter mais súditos — isto é, de mais carne para canhão, mais vacas leiteiras para pagar impostos e aluguéis — os desejos do Príncipe coincidiam com os dos capitalistas que estavam à procura de mercados maiores e mais concentrados. A política do poder e a economia do poder reforçavam-se mutuamente. As cidades cresciam: os aluguéis subiam; os impostos aumentavam. Nenhum desses resultados foi obra do acaso.

6. — *O Movimento e a Avenida*

Já que estou tratando de uma época de abstrações, proponho-me a acompanhar o seu estilo. Tratarei da parte antes de discutir o todo. Primeiro, a avenida; depois, as instituições e edificações separadas; só depois disso a cidade, como unidade estética, se não uma unidade social completa.

A avenida é o símbolo mais importante e o fato capital, no que diz respeito à cidade barrôca. Nem sempre era possível planejar toda uma cidade nova no estilo barrôco; mas, no traçado de meia dúzia de novas avenidas ou num bairro novo, o seu caráter podia ser requintado. Na evolução linear da planta da cidade, o movimento de veículos de roda desempenhou papel crítico; e a geometrização geral do espaço, tão característica do período, teria sido inteiramente sem função, não houvesse facilitado o movimento do tráfego e dos transportes, ao mesmo tempo que servia como manifestação do sentido dominante de vida. Foi durante o século dezesseis que os carros e carroças tiveram uso mais generalizado dentro das cidades. Isso foi, parcialmente, o resultado de melhoramentos técnicos que substituíram a antiga roda sólida pela roda construída de partes separadas — cubo, arco, raios — e uma quinta roda acrescentada para facilitar as voltas.

A introdução de veículos de roda sofreu resistência, precisamente como sofreu resistência a da estrada de ferro, três séculos depois. Evidentemente, não eram as ruas da cidade medieval adaptadas, nem em tamanho nem em articulação, para esse tipo de tráfego. Na Inglaterra, conta-nos Thomas, fizeram-se protestos vigorosos, e ficou assentado que, se os carros dos cervejeiros tivessem permissão para entrar nas ruas, o calçamento não poderia ser conservado; ao passo que, na França, o parlamento solicitou do rei, em 1563, que proibisse a entrada de veículos nas ruas de Paris — e o mesmo impulso chegou a mostrar-se uma vez mais no século dezoito. Não obstante, o novo espírito em voga na sociedade estava do lado dos transportes rápidos. A aceleração do movimento e a

conquista de espaço, o desejo febril de “chegar a alguma parte”, eram manifestações da contagiosa ambição de poder. “O mundo — como observou Stow quando a moda estava dominando em Londres — corre sobre rodas.” Massa, velocidade e tempo eram categorias do esforço social, antes que estivesse formulada a lei de Newton.

O movimento em linha reta ao longo de uma avenida não era meramente uma economia, mas um prazer especial: trazia para dentro da cidade o estímulo e a animação do movimento rápido, que até então só o cavaleiro tinha conhecido, ao galopar pelos campos ou através da floresta de caça. Era possível aumentar esteticamente esse prazer por meio da disposição regular de edifícios, com fachadas simétricas e cornijas uniformes, cujas Linhas horizontais tendiam para o mesmo ponto distante para o qual o próprio veículo estava-se dirigindo. Na caminhada, o olhar corteja a variedade, mas em ritmo mais acelerado, o movimento exige repetição das unidades que se hão de ver: somente assim é que a parte individual, à medida que se desloca velozmente, pode ser recuperada e reconstituída. O que seria monotonia, para uma posição fixa ou mesmo numa procissão, torna-se um correspondente necessário ao ritmo de andar dos cavalos rápidos.

Acentuando as exigências do tráfego sobre rodas, que se tornaram urgentes no século dezessete, não desejo deixar de lado uma necessidade característica que se revelou num período ainda mais remoto: a necessidade de avenidas para movimentação militar. Alberti, que é em todos os sentidos o principal expoente teórico da cidade barrôca, distinguia entre ruas principais e subordinadas. As primeiras, dava êle o nome — e o nome é importante — de *vias militares*, ou ruas militares: requeria que fossem retas. Quem quer que tenha conduzido uma batalhão de homens através de uma cidade irregularmente urbanizada sabe da dificuldade de conduzi-los em ordem marcial através das suas curvas e sinuosidades, principalmente quando as próprias ruas não são planas: inevitavelmente, o indivíduo sai do alinhamento e as colunas apresentam um aspecto desordenado. Para tirar o máximo efeito de uma parada, a exibição máxima de ordem e de vigor, é necessário que o corpo de tropa tenha uma praça aberta ou uma avenida lence e sem interrupções.

Os novos planejadores de cidades tinham as necessidades do exército constantemente em vista; Palladio secundou Alberti. Além de observar que as vias serão curtas e convenientes, se planejadas em linha reta, e tão largas que os cavalos e carros não sejam embarçados uns pelos outros ao se encontrarem, Palladio diz que “as vias serão mais convenientes se fôrem feitas iguais por tôda parte; vale dizer, que não haja nelas lugares onde os exércitos não possam marchar facilmente”. Essa rua desmesurada e uniforme, que iria tornar-se tão pernicioso para o desenvolvimento de vizinhanças nas cidades novas, e que iria fazer crescerem tanto as despesas, tinha uma base puramente militar.

tes se fôrem feitas iguais por tôda parte; vale dizer, que não haja nelas lugares onde os exércitos não possam marchar facilmente”. Essa rua desmesurada e uniforme, que iria tornar-se tão pernicioso para o desenvolvimento de vizinhanças nas cidades novas, e que iria fazer crescerem tanto as despesas, tinha uma base puramente militar.

A definição que Palladio deu posteriormente à avenida militar é igualmente significativa: distinguia-as do tipo não militar mostrando que passavam pelo centro da cidade e levavam de uma cidade a outra, e que “servem ao uso comum de todos os passantes, para dirigir carros ou passar exércitos em marcha.” Por isso mesmo, Palladio tratou apenas das ruas militares, porque as ruas não militares devem ser reguladas segundo os mesmos princípios das vias militares, e quanto mais parecidas fôrem, “*mais recomendáveis serão*”. Em vista da importância do exército para as classes dominantes, não é de admirar que o tráfego militar fôsse o fator determinante do novo planejamento de cidades, desde a primeira mutação, em Alberti, até a sobrevivência final, no traçado dos bulevares de Haussmann, em Paris.

O efeito estético das colunas regulares e da linha reta de soldados é realçado pela regularidade da avenida: a linha de marcha ininterrupta contribui muito para a demonstração de força, e um regimento que assim se movimenta dá a impressão de que irromperá através de uma muralha sem perder o passo. Tal é, de certo, exatamente a crença que o soldado e o Príncipe desejam infundir na população: ajuda-os a mantê-la em ordem sem chegar a um exercício verdadeiro da força, que sempre contém a possibilidade desagradável de que o exército possa ser levado de vencida. Mais ainda, em ruas irregulares, mal pavimentadas, com grande quantidade de pedras soltas e lugares de esconder, as formações espontâneas de pessoas não treinadas levam vantagem sobre uma soldadesca adestrada: os soldados não podem atirar pelas esquinas nem podem proteger-se contra tijolos deixados cair do alto de chaminés, diretamente acima das suas cabeças; precisam de espaço para fazer manobras. Não foram as antigas ruas medievais de Paris um dos últimos refúgios das liberdades urbanas? Não admira que Napoleão III sancionasse a destruição das ruas estreitas e de *cul-de-sacs*, e o arrasamento de bairros inteiros, para criar amplos bulevares: era essa a melhor proteção possível contra ataques partidos de dentro. Para governar apenas pela coerção, sem consentimento afeiçoado, é preciso que se disponha de cenário urbano apropriado.

Na cidade nova ou nos acréscimos formais feitos aos centros antigos, o edifício a demarcação para a avenida, e a avenida é essencialmente um campo de manobras, um lugar onde podem reunir-se espectadores, nas calçadas ou nas janelas, para assistir às evoluções, aos exercícios e às marchas triunfais do exército — e ficar devidamente atemorizados e intimidados. As construções erguem-se a cada um dos lados, rígidas e uniformes, como soldados em sentido: os soldados uniformizados marcham pela avenida em fora, eretos, formalizados, repetitivos — uma construção clássica em movimento. O espectador permanece fixo; a vida marcha diante dele, sem a sua licença, sem a sua assistência: pode ele utilizar-se dos olhos, mas, se deseja abrir a boca ou sair do seu lugar, o melhor que faz é pedir licença primeiro.

Na cidade medieval, as classes superiores e as classes inferiores tinham-se amontoado juntas, nas ruas, no mercado, tal como o faziam na catedral: os ricos podiam andar a cavalo, mas tinham de esperar que o pobre, com a sua trouxa, ou o mendigo cego, a se arrastar com a bengala, saísse do caminho. Agora, com o desenvolvimento da larga avenida, a dissociação entre as classes superiores e inferiores toma forma na própria cidade. Os ricos conduzem: os pobres caminham. Os ricos rolam pelo eixo da grande avenida; os pobres estão afastados do centro, na sarjeta: e, finalmente, uma faixa especial é destinada aos pedestres, a calçada. Os ricos olham, os pobres admiram: a insolência esmaga o servilismo. A parada quotidiana dos poderosos torna-se um dos dramas capitais da cidade barrôca: uma vida falsa, de vigor, brilhantismo e gastos, é assim oferecida ao entregador de carnes que conduz uma cesta à cabeça, ao mercador aposentado que saiu para um passeio, à dona de casa elegante que visita as lojas em busca de pechinchas e novidades, à multidão vadia de marginais em tôdas as graduações de urbanidade esfarrapada e acabada miséria — correspondendo aos clientes da Roma Imperial.

“Atenção para as carruagens!” — exclamava Mercier, no seu *Tableau de Paris* do século dezoito. — “Eis que vem o médico vestido de prêto no seu carrinho, o mestre de baile no seu *cabriolet*, o mestre esgrimista no seu *diabole* — e o Príncipe atrás de seis cavalos a galope, como se estivesse em campo aberto... As rodas ameaçadoras dos ricos arrogantes correm tão rapidamente como sempre por sobre pedras manchadas com o sangue das suas vítimas infelizes.” Não se imagine que o perigo estivesse sendo exagerado: na França, a diligência introduzida no século dezessete, matou mais pessoas, anualmente, do que a estrada de ferro, que sucedeu

a ela. Essa aceleração do ritmo da vida, êsse rápido movimento, êsses excitamentos e perigos superficiais, representavam a douradura psicológica da amarga pílula da disciplina política autocrática. Na cidade barrôca, podia-se dizer: “As carruagens movem-se depressa”; tal como o povo diz na Itália fascista dos dias atuais: “Os trens correm no horário.”

Havia apenas uma situação desejável, nesse despotismo: era a dos ricos. Era para eles que fôra feita a avenida, que se aplainava o calçamento e que se acrescentaram molas e almofadas ao veículo de rodas; era para protegê-lo que os soldados marchavam. Possuir cavalo e carruagem era sinal indispensável de êxito comercial e social; possuir um estábulo inteiro era sinal de fartura. No século dezoito, os estábulos e cocheiras invadiram os bairros menos aristocráticos das capitais, por trás das largas avenidas e praças suntuosas, levando para lá o cheiro mal-sadio de palha e excrementos. Se não havia mais galos a cantar na aurora, o patear incansável de um cavalo de alta linhagem podia ser ouvido à noite, pelas janelas dos fundos: o homem a cavalo tinha tomado posse da cidade.

7. — A Parada das Vitrinas

A parada militar teve a sua contrapartida feminina, na capital: a parada das lojas. O ritual de despesas enormes passou a tomar uma parcela sempre maior de tempo e de esforço de vida; os gastos competitivos afetavam tôdas as classes; pois “o mesmo orgulho florescente ditou novos métodos de vida para o povo, e, ao passo que os cidadãos mais pobres esforçam-se para viver como os ricos, os ricos como os fidalgos, os fidalgos como a nobreza, e a nobreza esforça-se por exceder em brilho, não admira que cresçam todos os comércios suntuários.” No período barroco, as leis suntuárias medievais, que regiam o vestir e o gastar de cada classe de acôrdo com a tradição, passaram a não ser de bom-ton, mesmo quando não fôssem efetivamente alijadas dos livros de regras. O luxo, em vez de caracterizar festas e celebrações públicas especiais, passou a ser uma conveniência de todos os dias. Luxo competitivo. Gastar *mais* era mais importante que gastar *bastante*.

O velho mercado aberto, embora não desaparecesse das cidades do Mundo Ocidental, restringiu-se a partir daí principalmente ao fornecimento de provisões: somente nos bairros mais pobres, como o mercado dos Judeus, em Whitechapel, é que se podia ainda comprar uma vestimenta, um par de

calças, uo um fogão, expostas numa carroça aberta; todavia, em Paris, mais ciosa dos seus hábitos mediáveis do que haveria de aparecer na superfície, as lojas de departamentos do século dezenove fôrem obrigados a abrir barracas na rua, pelo menos nas vizinhanças da classe média inferior. Os mercados onde se reunia o povo não tinham mais lugar no novo traçado urbano: os círculos e estrêlas dos novos projetos com o congestionamento do tráfego sôbre rodas, não tinham lugar para regateios e pechinchadas.

A loja ao ar livre, por onde saíam os produtos da oficina nos fundos, tendia também a desaparecer: o novo tipo de loja tomou forma por trás das vitrinas, grandemente ampliadas, para cobrir tôda a frente e servir como centro de exibição. Esfôrço algum foi poupado para decorar com bom gôsto os interiores, particularmente com os comodidades mais em moda. Dotar uma casa de pasto de janelas de vidro plano, de tremós espelhados, de lampeões de vidro, vinte e cinco castiçais e seis grandes salvas de prata, e pintar o teto, entalhar as colunas e dourar os lampeões, custava soma considerável. É costume, observa Daniel Defoe, em *The Compleat English Tradesman*, que "os comerciantes dispendam dois têrços da sua fortuna na preparação das suas lojas. ...É de menor importância gastar duas, três ou mesmo cinco mil libras."

O mercado de exibição de artigos já prontos, antes que produzidos pelo velho sistema de encomendas, existia desde algum tempo; a partir do século dezessete, gradualmente foi-se propagando por tôda parte, acelerando o ritmo de venda e dando ênfase à atração visual do comprador. O dia especial de feira perdurava no ambiente rural; mas, na cidade comercial, todos os dias tendiam a ser de feira. Comprar e vender tornara-se não meramente um comércio incidental, a transferência dos bens do produtor para o consumidor: passou a ser uma das preocupações principais de tôdas as classes. "Ir ao mercado" continuou a ter por fundamentos as necessidades domésticas; "fazer compras" era uma ocupação menos urgente, mais frívola. Fazer compras proporcionava excitação: servia como ocasião especial para que a dona de casa se vestisse, saísse, exhibisse a sua pessoa.

"Tenho ouvido contar — dizia Defoe, ainda evidentemente espantado por uma tal prática — que certas damas, e estas também pessoas de grande pompa, têm tomado as suas carruagens e passado uma tarde inteira na Rua Ludgate, ou em Covent Garden, apenas para divertir-se indo de uma a outra loja de mercadorias, para olhar as sêdas e tagarelar e zombar dos comerciantes, não tendo tanto como a menor ocasião, muito menos a intenção de comprar qualquer coisa."

À medida que o mercado permanente tomava forma, tanto o produtor como o consumidor tendiam a tornar-se mais anônimos: o intermediário é que ganhava fama, conhecendo de antemão as pequeninas exigências do comprador ou manipulando o seu gôsto e o seu juízo. Para evitar arriscar-se no escuro, uma nova patrona e compradora assumiu o contrôle do mercado: a Senhora Moda. Mais uma vez, tenho de citar o inestimável Defoe: "Todos os alfaiates inventam modos, os modistas estudam modelos novos, os tecelões fazem tecidos com belas e alegres figuras, e equipam-se de uma ampla variedade, para estimular a fantasia; o fabricante de carruagens imagina máquinas novas, cadeiras, berlindas, aranhas, etc., tudo para espicaçar a fantasia e a vaidade desmedida dos fidalgos. ...O marceneiro faz o mesmo em matéria de móveis, a ponto de levar as alegres senhoras a tal excesso de Tolice que elas precisam ter as suas casas mobiladas do novo todos os anos; tudo o que tenha tido mais de um ano deve ser chamado de velho, e deixar que os seus aposentos delicados sejam vistos por uma pessoa de qualquer projeção mais de duas vêzes é tido por ordinário e mesquinho."

O dinheiro era o bem supremo: os costumes do mercado não se confinavam às lojas. Vicomte d'Avenel, cuja história da propriedade fornece documentação inestimável sôbre artigos e preços, bem soube tratar da matéria. "Foi no passado, sob o antigo regime, desde o fim da Idade Média até a Revolução, quando a força não ocupava lugar destacado e quando a opinião pública pouca coisa valia, que o dinheiro dominou na França. Quase tudo podia ser comprado, poder e honrarias, colocações civis e militares, e a própria nobreza, cujos títulos eram inseparáveis do terreno em que se baseavam. Era necessário ser rico para tornar-se alguém, e se o favor de um príncipe vez por outra distinguia um homem pobre, era certo que, do mesmo golpe, fá-lo-ia rico, já que a riqueza era a consequência costumeira do poder."

A vida, mesmo a vida aristocrática, exprimia-se mas facilmente em têrmos de comércio e dinheiro. Numa homília moral do século dezesseis, dirigida aos homens em serviço, note-se a imagem da própria frase de abertura: "Nessa Bôlsa de Troca de Assuntos Humanos, que consiste (por assim dizer) inteiramente de mercadorias, de comprar e vender, é muito certo que haja todos os costumes, condições, e ofícios ...convocados à razão de dez libras por Cabeça para aparecer, com dinheiro e bens sempre prontos, para manter o mercado mundano." A vida era justamente isso. A torto e a direito, por comércio, ou roubo, ou corrupção pública, ou empreendimento

II: A CIDADE BARRÓCA

(5) O MECÂNICO E O SENSUAL

A ordem barróca foi anunciada por uma série de grandes conquistas matemáticas e mecânicas: a conquista do espaço pelo uso da bússola no mar, o redescobrimto da concepção grega de que a terra é uma esfera, a projeção de mapas precisos pelo emprego de coordenadas de latitude e longitude, o desenvolvimento da trigonometria, a invenção do telescópio com a ampliação da distância visual, e o descobrimento das leis mecânicas da perspectiva. Mecanização do tempo; mecanização do espaço; mecanização do poder.

(AO ALTO) O novo mercado: transição entre o mercado medieval, e o mercado numa avenida e o círculo aberto, que mais tarde veio a ser planejado. Linha uniforme de tetos: disposição simétrica de prédios; duplicação de igrejas e tórreres de cada lado da avenida de chegada; perfeito exemplo da ordem teóricamente formulada por Alberti e, mais tarde, por Palladio.

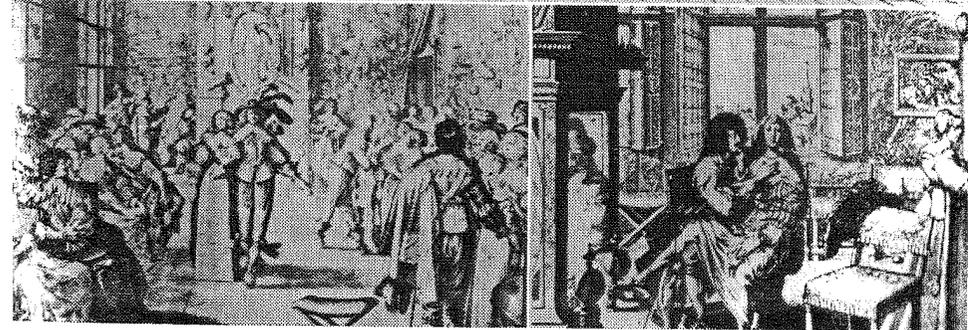
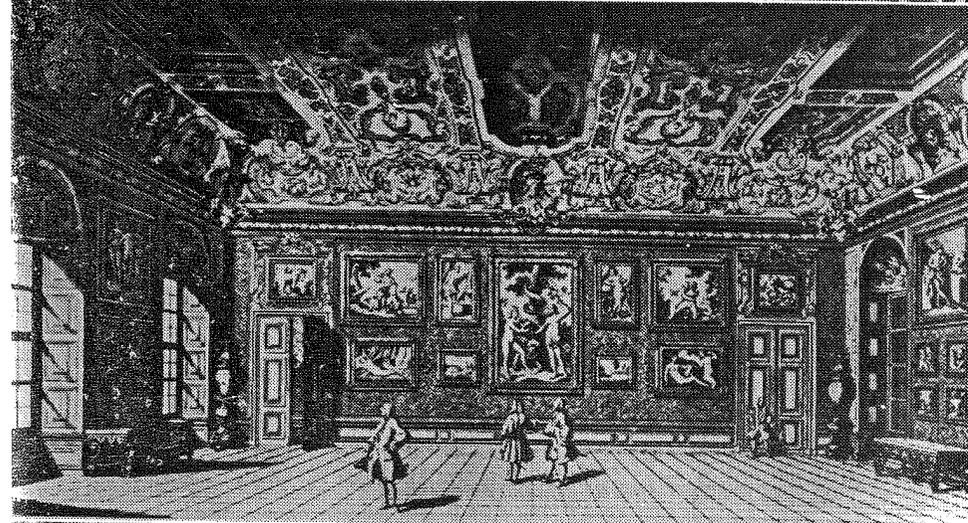
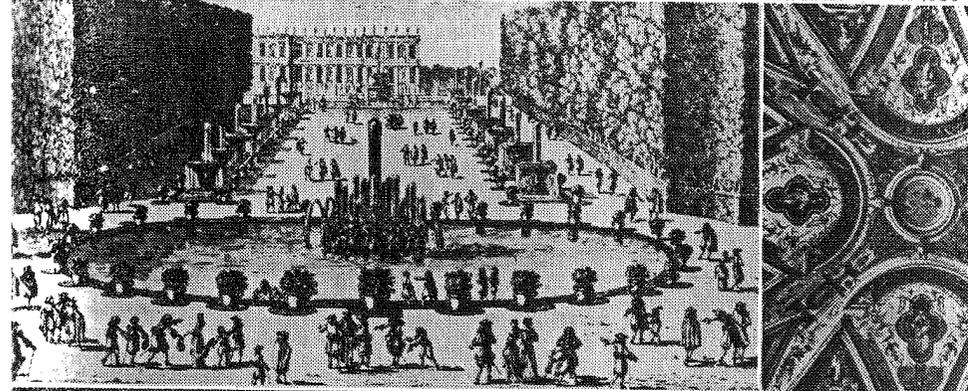
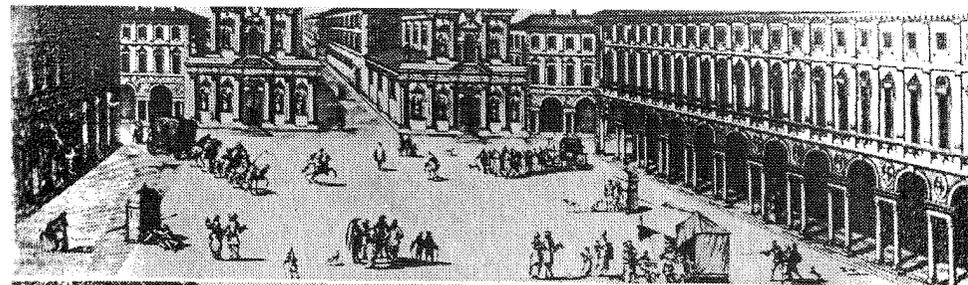
(PRIMEIRO À ESQUERDA) A regulamentação do espaço prolongou-se até o parque, depois de Le Nôtre; sacrifício da autonomia das formas vivas à ordem visual: Procrustes dirige o jôgo. O uso público de espaços abertos para passeios foi possível na cidade medieval apenas sôbre as muralhas. Esse novo veículo de recreação e cerimônia é um produto da côrte. Veja-se o contraste com o parque vitoriano romântico, refúgio do indivíduo solitário, prejudicado mesmo por vestígios de ocupação humana. Os dois polos são o campo de manobras e a floresta selvagem. Preencha-se o campo de manobras com filas uniformes de árvores em formação militar e ter-se-á o parque formal; distribua-se a floresta irregularmente e ter-se-á o parque romântico. O século dezenove esforçou-se por combinar a filantropia (multidões) com o naturalismo (intimidade). Hoje, devemos planejar tóda a região com zonas e estruturas especiais apropriadamente destinadas a preencher cada uma das funções pessoais e comunais.

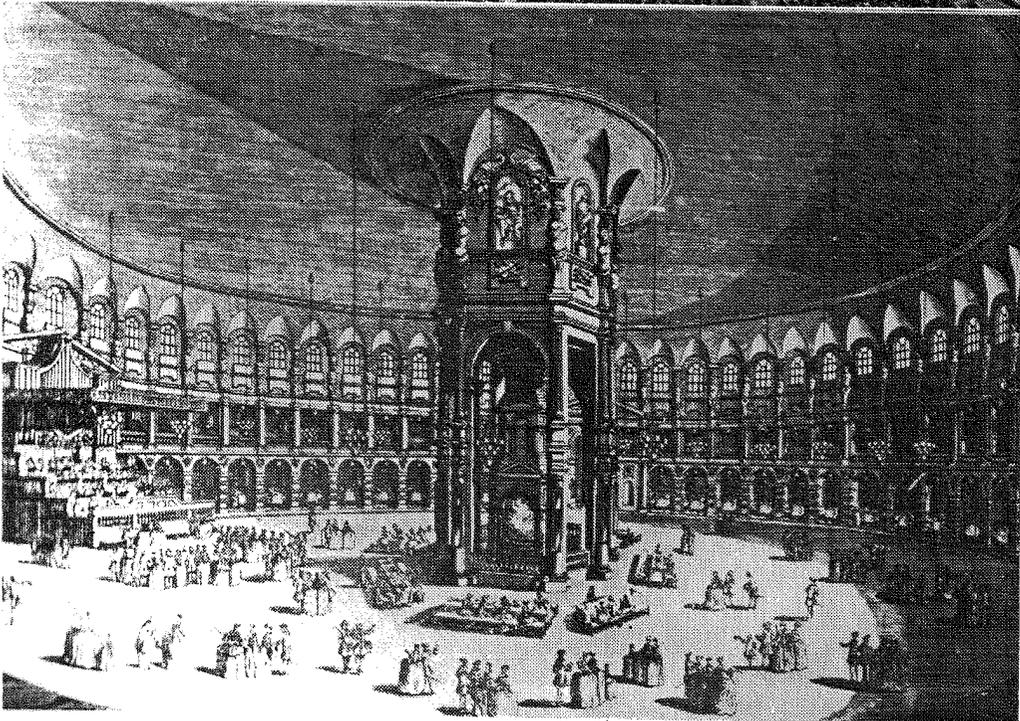
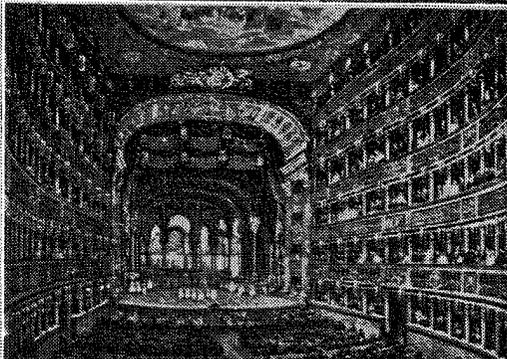
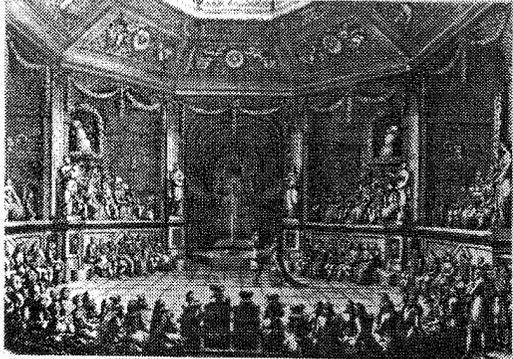
(PRIMEIRO À DIREITA) Teto da Renascença: a mesma ordem de desenho do novo planejamento urbano, com um círculo aberto central, linhas convergentes de tráfego e quarteirões irregulares: veja-se Estampa 8.

(SEGUNDO) Primitiva galeria real de arte para quadros de cavalete: arte removível, não mais destinada a um contexto social específico.

(EM BAIXO, À ESQUERDA) Contrabalancando o mecânico com o sensual, a polidez, a graça nos movimentos, o estudado repouso: a pretensão de Venus contra Marte. Veja-se *Luxus und Kapitalismus*, de Sombart.

(EM BAIXO, À DIREITA) O dormitório barróco. O mesmo artista, nesta série de gravuras sôbre os cinco sentidos, pintou a cama também na sala de jantar. A intimidade e as funções especializadas introduziram-se lentamente. Portas fechadas e fogões abertos foram a medida das novas variações eróticas, inclusive o prazer visual da nudez.





II: A CIDADE BARROCA

(6) A VIDA GALANTE

(AO ALTO) Esplanada das Tulhérias: movimento rápido, com auxílio da tração animal, era um dos privilégios dos ricos e dos grandes; cavalgadas velozes ao longo da avenida reta entre Versailles e Paris. Note-se a carruagem de seis cavalos, assim como os ginetes. "Quatro companhias da Guarda Francesa e duas da Guarda Suíça desfilam todos os dias no pátio do ministro, entre as duas cercas, e quando o rei sai na sua carruagem para ir a Paris ou Fontainebleau, o espetáculo é magnífico". (Taine). As carruagens públicas, sugeridas por Pascal, foram introduzidas em Paris no meio século dezessete, e em 1650 Nicolas Sauvage no Hotel de Fiacre da Rue St. Martin ofereceu pela primeira vez carros e cavalos para alugar: princípio do moderno transporte urbano. Mas as ruas permaneceram muito tempo mal pavimentadas; as boas estradas aguardavam Telford e Macadam; por isso, o transporte por água conservou sua importância. Já em 1803, Londres tinha 3 000 barcos na água, contra 1.000 carruagens e 400 cadeirinhas tipo sedã.

(AO CENTRO, À ESQUERDA) Baile em Versailles: o erotismo transposto para o luxo, e a manutenção do desejo de poder numa exibição de êxito espetacular e imponente. *Galanteria*: gestos lentos e movimentos dignos, ênfase na separação da espontaneidade e rudeza das "classes inferiores". *Cortesia*: atenuação do privilégio, imaginação e reciprocidade nos atos menores da vida. *Côrte*: atitude labiríntica para a união sexual; a diferença entre a abordagem de um animal por um caçador e por um açougueiro.

(AO CENTRO, À DIREITA) Teatro San Carlo, Nápoles: modelo de muitos dos grandes teatros de ópera que se seguiram. O teatro dominava nesse período: a arquitetura transformou-se em pintura de cenários. A vida das classes superiores era um esforço para fazer boa figura: os eleitos tinham os principais papéis. A partir do século dezesseis, construíram-se teatros na Itália; um dos primeiros foi o Teatro Olimpico, em Vicenza, projetado por Palladio e erigido por Scamozzi, em 1584. A transposição do teatro da Igreja para a *Côrte* e o estabelecimento das companhias viajantes numa casa permanente, foram característicos do desenvolvimento urbano: mesmo o teatro popular, na Inglaterra, tinha o patrocínio da nobreza.

(EM BAIXO) Ranelagh Gardens, Londres. Um de uma série de recantos de recreio popular que se conservaram como tais até o século dezenove. Depois de temporariamente banidos, reapareceram sob o mais novo disfarce do parque de diversões do fim do século dezenove, que foi um prolongamento das Feiras Internacionais. No princípio, predominavam as formas da *côrte*; veja-se a descrição da visita de Sir Roger Coverly aos Vauxhall Gardens, nos *Spectator Papers*. O local de veraneio especializado é a forma urbana dessa mutação barroca: Bath, Baden-Baden, Monte Carlo, Saratoga.

financeiro, era preciso que se tivesse dinheiro: "rapina, avareza, gastos", faziam da vida "mesquinho artifício de artesão, cozinheiro ou moço de estrebaria". O soneto de Wordsworth era uma prova provada.

Nas grandes capitais, demasiado grandes para que as pessoas conhecessem os seus vizinhos, os padrões do mercado passaram geralmente a ter predominância. Por meio da franca exibição, procuravam as pessoas criar impressão decisiva quanto à sua posição na vida, o seu gosto, a sua prosperidade: todo indivíduo, toda classe, mostrava o que era. A moda é, por assim dizer, o uniforme da época, e as pessoas bem educadas usavam esse uniforme, em casa ou na rua, com a mesma disciplina do soldado, na sua parada militar. Veneza estabeleceu o ritmo, ao ditar as modas pessoais, graças ao encanto das suas cortesãs; Paris assumiu esses deveres no século dezessete; e desde então, toda capital nacional serviu como modelo para o resto do país. Fazia parte das funções econômicas da capital, do ponto de vista dos grandes fabricantes e importadores, *desacreditar os produtos locais, que variavam em modelo, em cor, em material, em contextura, em decorações, de acordo com a tradição local, e pôr em circulação aqueles que se usavam na capital. Estilos maneirosos metropolitanos solaparam as sobriedades do artesanato, assim como anularam as tradicionais preferências ou idiosincrasias de fabricante e freguês.*

Certos indícios desse estado já se tinham mostrado claramente no século dezessete, pois Stow vê-se em dificuldades para "responder às acusações desses homens que acusam Londres da perda e decadência de muitas (ou da maioria) das cidades antigas, cidades corporativas e mercados dentro deste reino. ... Quanto aos retalhistas, por conseguinte, e aos artesãos manuais, não é de admirar que abandonem as cidades do campo e dirijam-se para Londres; pois não só a corte é hoje em dia muito maior e mais galante que nos tempos passados ... mas também para ter as mesmas ocasiões, por conseguinte, os cavalheiros de todos os condados fogem e acodem à cidade, aqueles mais jovens dentre eles para ver e mostrar vaidade, e os mais velhos para poupar o custo e o dever de hospitalidade e cuidado doméstico." A competição no terreno da moda, que foi a vida do comércio barroco (e continua sendo o seu legado principal para o capitalismo mais recente) foi também, em grande parte, a morte das indústrias costumeiras das cidades provinciais, que, afinal, se viram forçadas a produzir para o mercado anônimo distante, ou perder inteiramente as suas indústrias. O efeito que isso teve pode observar-se no nosso sistema não regional de produção e distribuição, até a época

atual. Os economistas freqüentemente inclinam-se a confundir esse fato com os efeitos naturais da especialização regional.

Nessa economia, a centralização da capital barrôca, que implicava em elevadas despesas de transporte, transformou-se em especial virtude. "A grandeza da cidade de Londres aumenta muito consideravelmente o Comércio Interno, pois, dado que a Cidade é o centro do nosso comércio, assim todas as manufaturas são para aqui trazidas e daqui distribuídas de novo para todo o país. ..." "Quantos milhares — volta a excluir Defoe, em outro lugar — poderia mesmo dizer quantas centenas de milhares de homens e cavalos são empregados na condução e re-condução para e a partir de Londres dos produtos da Inglaterra e dos artigos importados de países estrangeiros; e quantos desses continuariam de pé e ainda desejariam negociar ... se esta grande cidade fosse dividida em quinze cidades ... e estivessem situadas em lugares tão numerosos, diferentes e distanciados uns dos outros, que o campo, dentro de um raio de 20 ou 30 milhas, seria suficiente para elas e capaz de abastecê-las, e onde todo porto importaria os seus bens do estrangeiro."

Esse último trecho é uma explanação sucinta da diferença entre a economia medieval urbana e a economia barrôca do Estado: não se poderia oferecer melhor. Mas, em termos de energia social e vida cultural, o que Defoe tomava por um elogio era, na realidade, um indício perigoso.

A capital militar, como agente provocador de uniformidade e padronização, nos uniformes anuais da moda, não menos que nos uniformes da soldadesca, foi uma contribuição necessária para a padronização mecânica que possibilitou a mecanização posterior de todo o processo de produção. E, tal como na fronteira regular dos novos palácios de São Petersburgo, vê-se, por baixo dos ornamentos, o esqueleto despido da fábrica paleotécnica, na elegância formal do planejamento da cidade barrôca, nota-se já a temível subdivisão mecânica da cidade industrial. Observe-se que as transformações críticas verificaram-se inicialmente sob a forma de drama, exibição e luxo: foi essa a específica contribuição barrôca.

Um derradeiro resultado remoto das tendências que discuti deve ser assinalado: a evolução do desfile gente vestida de acordo com a moda para um tipo especializado de cidade. Embora os balneários e estações de águas aonde as pessoas iam por razões de saúde nunca tivessem deixado de existir, no século dezoito esses velhos recantos ganharam vida nova, quando as pessoas começaram a encaminhar-se em massa para

êles, por uma nova razão: exibição em moda. O desfile (Corso) passou a ser não simplesmente o fundamento, mas a própria razão da existência de uma nova espécie de cidades: Bath, Margate, Brighton, Ostend, depois Baden-Baden, Carlsbad, Travemünde, a Riviera, Saratoga Springs. Tais eram os lugares onde se reuniam os elegantes: encontravam-se em ordem, para exhibir-se na estação devida, às vêzes a pretexto de procurar saúde, mas também para gozar a vida, desembaraçados de quaisquer ligações visíveis com o comércio e a indústria, ocupações que já enchiam as capitais de visões, ruídos e odores desagradáveis. Ali, todos os prazeres tipicamente barrocos podiam ser encontrados: particularmente jogos, roupagens, namoricos, músicos, às vêzes teatro. Essas novas cidades eram, com efeito, côrtes menores, governadas por um príncipe eleito por êle mesmo, especialista em vestimentas e maneiras, déspota da moda — o almofadinha. Tôda uma cidade costumava crescer em tôrno dessa parada, e os negócios de novo se acumulavam dentro dela e tomavam precedência sôbre a cortesia; tanto que Atlantic City, por exemplo, típica vulgarização retardada do estilo de vida barroco, é, em seus detalhes, um prolongamento da Broadway, da Quinta Avenida, da Market Street, não mais descansado que as primeiras, difficilmente mais marítimas em caráter que o último.

8. — *A Nova Divindade*

A cisão da igreja medieval pôs em liberdade os "ions" que fôram de novo polarizados na cidade barrôca. É possível enquadrar o processo numa imagem concreta, se se considerar como cada elemento da antiga estrutura foi apropriado por uma instituição, uma seita ou um grupo especial. Acompanhemos o desmembramento: os protestantes apoderaram-se do púlpito do pregador e fizeram dêle o centro das suas novas capelas, onde não havia imagem esculpida a competir com o rosto do orador, nem rico cerimonioal a desviar a atenção da sua voz insistente. A aristocracia dominou o pintor e o arquiteto: a arte foi transportada para salões e galerias especiais, e, para tornar o mais fácil processo, uma nova pintura da cavalete tomou o lugar do afresco mural. Os anjos e santos tornaram-se em Bacos e Gracos; inicialmente, os rostos seculares de papas, cortesãos, homens de negócios, rodeavam a Sagrada Imagem; cabaram fazendo-a desaparecer. O côro, que outrora entoara hinos a Deus, foi transportado para o salão de concerto ou para um balcão na sala de danças: o festival religioso transformou-se na mascarada da côrte, para celebrar um nascimento ou um casamento mundano;

ao passo que o drama, deixando os pórticos das igrejas, onde o clero e os membros das guildas tinham outrora encenado os seus mistérios e autos morais, foi confiado a atores profissionais, sob o patrocínio da nobreza: os seus primeiros centros, promíscuos, estão nos arrabaldes da cidade. O salão paroquial, com o seu complemento de um clero pelo menos formalmente celibatário, transformou-se no aristocrático clube masculino do século dezenove — exclusivo, monástico, até mesmo ostensivamente sibarita: o Carlton, o Reform e seus imitadores.

Finalmente, a nave, o lugar simples de reuniões, transformou-se na bólsa. Não se imagine que êste último é um desenfreado paralelo imaginário: no século dezessete, os corretores faziam o seu comércio em a nave de São Paulo, e os cambistas de dinheiro simplesmente puseram os representantes de Cristo para fora do templo — até que, afinal, o mau cheiro tornou-se demasiado intenso para ser suportado mesmo por uma igreja venal. O plano não utilizado de Wren, para a reconstrução de Londres após o incêndio, reconhecia elegantemente essa nova ordem de vida. Não deu êle o sítio dominante a São Paulo: planejou as novas avenidas de maneira a dar essa honra ao Royal Stock Exchange.

Essa decomposição analítica da igreja deu a cada instituição uma oportunidade especial para florir por direito próprio. Do lado positivo, foi êsse outro testemunho da clarificação visual e da especialização inteligente de funções que caracterizou a ordem barrôca. Tôdas essas instituições haviam-se tornado desligadas da igreja, porque uma vida e um crescimento novos estavam contidos nela: não teria existido um Shakespeare, se a Igreja tivesse conservado o contrôle do drama, e nenhum dos grandes retratos de Rembrandt, se êle tivesse continuado a pintar os batidos retratos de grupos dos dignitários complacentes das guildas. Mas êsses vários fragmentos de arte e cultura eram dispersos com relação à população como um todo: dispersos e postos fora do seu alcance. Apenas na côrte do Príncipe, aquelas partes uniam-se de novo, para benefício exclusivo daqueles que detinham o poder.

Vimos o que foi feito da catedral medieval. Mas que foi feito do seu Deus? Neste ponto, a transformação só pode ser lembrada em termos de blasfêmia. O governante absoluto por direito divino usurpou o lugar da Divindade e reclamou as suas honras; chegou mesmo a dizer-se *Le Roi Soleil*, arrogando-se supersticiosamente o mito de um Faraó ou de um Alexandre. Em o novo culto, o papel da Virgem Maria, a mais poderosa intercessora junto do trono celestial, era assu-

mido pela amante do rei. Os príncipes e potestades do novo Céu, indispensáveis ao seu regime, eram os cortesãos que se acotovelavam em volta do trono do Monarca a proclamar a sua glória. O paralelo não esteve ausente nem mesmo das mentes mais piedosas, no século dezessete. “Quem quer — dizia La Bruyère — que considere que o semblante do rei é a suprema felicidade do cortesão, que este passa a vida olhando para ele e ao alcance dos seus olhos, compreenderá até certo ponto como ver Deus constitui a glória e a felicidade dos santos.”

Lacaios letrados escreviam tratados para provar a direta ligação do déspota com o céu, para sustentar a sua onipotência, para pregar obediência às suas ordens divinas. Quando tais racionalizações não chegavam ao nível das exigências exorbitantes do monarca, ele podia até, como Jaime I da Inglaterra, exercitar a mão escrevendo o necessário elogio de si mesmo. “O príncipe — de acordo com Castiglione, que escreveu o tratado clássico sobre o Cortesão — deve ser muito generoso e esplêndido, e dar a todos os homens sem reservas, porque Deus, como diz o ditado, é o tesoureiro do príncipe generoso.” A cornucópia da fortuna devia, com efeito, ser inexaurível, dada a velocidade com que era esvaziada na corte: Avenel informa que um dos grandes *ballets* de Versalhes, do qual participaram cento e cinquenta pessoas, custou cem mil francos.

Essa demanda de fundos ilimitados contagiou todas as camadas da sociedade, e foi a chave da política econômica do Estado absolutista. Quando os impostos não forneciam meios suficientes para o príncipe e seus fâmulos, recorria ele à pilhagem: reinos distantes, no caso de Filipe da Espanha, ou mosteiros mais próximos, para Henrique VIII; quando tais coisas não bastavam ainda, ele roubava ao pobre os seus vinténs, a fim de cumular de ouro os que já eram ricos. Daí toda a política de licenças e patentes: precisava-se de uma permissão especial, para cuja obtenção tinha-se de pagar, até para construir uma casa.

O crescimento de uma burocracia para atender a essas exigências e incentivar a distribuição da privilégios acrescentou-se aos ônus da comunidade: o Departamento de Circunlocação foi um meio adequado de cuidar dos dependentes e de seus filhos mais novos: de São Petersburgo até Whitehall, era ele um apanágio inevitável da sociedade da classe superior. “Nunca a burocracia foi levada a tamanho grau de exagêro, extravagância e aborrecimento — escreveu Mercier. — Nunca os negócios exigiram tanto, desde a criação desse exército de

meirinhos que são nos negócios o que os infantes são no serviço militar. Referências, regulamentos, registros, formalidades de toda sorte, multiplicaram-se com tamanha profusão e tão pouco discernimento.”

Finalmente, tudo chegou a este ponto: um país inteiro era governado para proveito de algumas dezenas de famílias, ou algumas centenas, que possuíam uma boa parte da terra — quase a metade, na França, no século dezoito — e que se apoiavam no crescimento natural da indústria, do comércio e dos aluguéis urbanos.

9. — *A Posição do Palácio*

A construção de cidades, no sentido formal, era uma corporificação do drama e do tema predominantes que tomavam forma na corte: era, com efeito, um aformoseamento coletivo da vida e dos gestos do palácio. O palácio tinha duas faces. Do lado urbano, vinham as rendas, os tributos, os impostos, o controle do exército e o controle dos órgãos do Estado; do campo os homens e mulheres bem constituídos, bem exercitados, bem alimentados e bem sexuados, que formavam o corpo da corte e que recebiam as honrarias, os emolumentos e os percalços que o rei magnânimamente lhes concedia. Poder e prazer, uma ordem seca e abstrata e uma sensualidade resplandecente, eram os dois pólos dessa vida. Marte e Vênus eram as divindades presidentes, até que Vulcano afinal atirou a sua engenhosa rede de ferro do utilitarismo sobre as suas formas concupiscentes.

A corte era um mundo em si mesmo; mas um mundo no qual todas as duras realidades da vida eram mostradas numa lente de diminição e ampliadas todas as suas frivolidades. O prazer era um dever, o ócio, um serviço; e o trabalho honesto, a forma mais vil de degradação. Para que se tornasse real na corte barrôca, era necessário que um objeto ou uma função mostrassem as características de exótica inutilidade. As mais poderosas rodas d'água do século dezessete e as grandes bombas hidráulicas que se contavam entre os seus mais importantes progressos técnicos, eram usadas meramente para fazer funcionar as fontes dos Jardins de Versalhes. A bomba a vapor de Fischer von Erlach, a primeira empregada na Áustria, não foi aplicada a uma mina, mas nos jardins do Palácio Belvedere, em Viena; e aquele significativo agente de produção que foi a máquina automática alcançou o seu primeiro grande êxito aplicado à fabricação de botões (a máquina de estampar), de espartilhos (o tear estreito automático), e de uniformes do exército (a primeira máquina de costura).

O ritual da côrte era uma tentativa para confiar o faz-de-conta do poder absoluto por meio de um drama especial. Não conheço melhor retrato dêsse ambiente, ou demonstração mais plena das suas ilusões narcóticas, que o panegírico pronunciado por Nicholas Breton:

“Oh, a galante vida da Côrte, onde tantas são as possibilidades de contentamento, como se na terra estivesse o Paraíso do Mundo: a majestade do soberano, a soberania do Conselho, a honra dos Lordes, a beleza das Ladies, a atenção dos oficiais, a cortesia dos cavalheiros, os serviços divinos da manhã e do anoitecer, os discursos espirituosos, cultos, nobres e agradáveis que se ouvem todo o dia, a veriedade de espíritos e a profundidade do juízos, os delicados manjares, suavemente preparados e hábilmente servidos, os vinhos delicados e as frutas raras, como excelente música e vozes adoráveis, mascaradas e dramas, danças e cavalgadas; diversidades de caças, deliciosa para os propósitos do caçador; e charadas, perguntas e respostas; poemas, histórias e estranhas invenções de engenho, para espantar o cérebro de bom entendimentos; baixela rica, jóias preciosas, delicadas proporções e altos espíritos, carruagens prencipescas, cavalos magníficos, edificações reais e arquitetura rara, doces criaturas e prazer civil; e a côrte amorosa que põe o espírito no regaço do prazer, tanto que, se eu fôsse fazer dêle o elogio todo o dia, pouco haveria dito quando chegasse a noite.”

Não é preciso que se reduzam as contrapartidas da realidade: a bôrra do vinho, a conversação insulsa que passava por sutil, os filhos não desejados que ultrapassaram as barreiras dos anti-concepcionais em moda, conhecidos a partir do século dezesseis nas classes superiores da França e da Itália. Haveria ainda suficiente plausibilidade no retrato, mesmo que as notas amargas fôsem levadas em conta. O dístico escrito sôbre a porta da Abadia de Telema, de Rabelais, era: “Faze o Que Quiseres.” Sôbre os portões do palácio, havia um lema adicional: “Enquanto Agradar ao Príncipe”. É preciso, porém, acrescentar um fato que é muito frequentemente deixado à parte, na concepção dessa vida barrôca, cerimoniosa e sensual. O seu ritual era tão entediante que verdadeiramente enfadava as pessoas a ponto de distraí-las. A rotina diária do Príncipe e do cortesão era comparável à do operário da Ford numa oficina de montagem: todos os seus detalhes eram traçados e fixos, tanto para o soberano como para o seu séquito. Desde o momento em que se abriam os olhos do Príncipe até o último momento, em que a sua amante deixava o seu quarto, encontrava-se êle, por assim dizer, na linha de montagem.

Talvez êsse tédio penetrante responda não só pela elaborada frivolidade como pelo elemento de estranha e vaga perfídia, tal como as travessuras de escolares que tivessem sido mantidos sob confinamento demasiado rigoroso na política barrôca do Estado. Grande parte das conjurações e anti-conjurações complicadas era obra dos enfadados virtuosos da diplomacia, para os quais nada era melhor do que prolongar o próprio jôgo. Com certeza, o eterno ficar de pé, curvar-se, esperar, inclinar-se — de que Taine deu um retrato inesquecível na sua descrição do antigo regime — deve ter funcionado a contrapêlo dos homens e mulheres bem nutridos. Pouco admira que divertimentos espetaculares dessemphassem papel tão grande nas suas vidas.

Infelizmente, as próprias distrações da côrte transformaram-se em deveres. O desempenho do lazer impunha novos sacrifícios. O jantar de gala, o baile, a visita formal, como eram encarados pela aristocracia e por aquêles que, após o século dezessete, a imitavam, proporcionavam satisfação apenas àqueles para os quais a forma é mais importante que o conteúdo. Uma parte não pequena da vida descrita em *Feira de Vaidades* e *O Vermelho e o Negro*, num extremo do século dezenove, e por Proust no outro extremo, consistia em fazer visitas e “fazer a côrte”: formalidades. Proust observou que foi no tempo de Luís XIV que uma séria modificação se verificou na vida da aristocracia, que outrora tivera responsabilidades ativas, deveres importantes, interêsse sérios: as únicas questões tratadas com seriedade moral eram as que diziam respeito às maneiras. E, em tantos outros setores da vida a côrte barrôca antecipava, nesse passo, o ritual e a reação psíquica da metrópole do século vinte. Opressão semelhante; tédio semelhante; igual tentativa de buscar refúgio nas “distrações”, da opressão tirânica que se transformara em rotina e da rotina que se tornara uma apressão insuportável.

10. — *Influência do Palácio Sôbre a Cidade*

Percebe-se a influência da côrte barrôca sôbre a cidade em quase todos os aspectos da sua vida — ela é mesmo mãe de muitas das novas instituições que a democracia mais tarde reclamou para si. Não há tipo paralelo de intercurso entre o castelo e o mercado da cidade medieval; quando muito, a influência exerceu-se na direção oposta: a aristocracia feudal passou a ser urbana.

Graças ao patrocínio aristocrático, o teatro tomou a sua forma moderna, em Londres, Paris e cidades menores: o

salão especial em que os membros da platéia são dispostos conforme a sua posição e capacidade de pagar, e na qual das suas posições fixas, passam a ser espectadores passivos do drama que é visto, por assim dizer, através da vitrina transparente, revelada por uma cortina que se abre. Graças ao desejo principesco de trazer para casa despojos de conquistas estrangeiras e de adquirir pela compra de patrocínio o que não podia ser obtido pelas armas, as grandes coleções de arte que formam o Museu Vaticano, o Louvre e a Galeria Nacional tiveram o seu ponto de partida. E, bem no momento em que a música estava deixando os limites da casa — como resultado, sem dúvida, da crescente distância, em educação, costumes e gosos, entre o senhor da casa e seus servidores — ela ganhou existência independente na orquestra barrôca: a partir de então, a sala de concêrtos começa a aparecer.

Uma por uma, essas novas instituições assinalam a sua existência no novo traçado de cidades. Ora um teatro nacional em Nápoles, ora um salão de concertos em Viena, ora um museu e galeria em Londres. Vez por outra, surgem sôbre auspícios privados; às vêzes, com apoio real ou municipal; mas sempre seguindo a imagem traçada inicialmente pela côrte. Talvez a primeira característica barrôca a ser aberta ao público e devidamente incorporada à cidade tenha sido o parque: o novo equivalente dos campos de diversão e os terrenos de jogos, que eram menores na cidade medievai. O grande parque natural, conservado no coração da cidade, continua sendo talvez a maior contribuição do período barroco da construção de cidades, feita à moderna existência urbana. Mesmo aqui, porém, o espírito da época se confirmou. Quando a Coroa planejou o Regent's Park, em Londres, o próprio parque foi apreciado como um artifício para aumentar o valor terreno das propriedades vizinhas, pertencentes à Coroa.

Foi pelo lado do prazer e da recreação que a côrte mostrou-se mais pródiga. Os jardins de prazer, tal como Ranelagh Gardens, em Londres, no século dezessete, e Vauxhall e Cremorne Gardens, no dezoito, foram uma tentativa para levar os prazeres do palácio à comunidade, a preço razoável por cabeça: o equivalente francês foi o Bal Masqué, e o paralelo germânico, o mais doméstico e *ordentlich* Beer Garden. Tais jardins de prazer foram populares no período barroco e populares continuaram sendo em Nova York, que os adotou, até a Guerra Civil. Consistiam de um grande prédio central onde se podiam realizar bailes e saraus, e onde podiam dar-se grandes festas; e de jardins e bosques

onde as pessoas podiam passar uma noite agradável, a comer, beber, namorar, amar, olhar fogos de artifício e lanternas-mágicas. As gangorras e os carrosséis apareceram aí; igualmente, no início do século dezanove, o aristocrático amor à velocidade surgiu sob a forma da popularíssima *promenade aérienne*, ou montanha-russa. Com o tempo, antigas marcas elegantes do gôsto barrôco desapareceram; a começar, talvez, nas grandes feiras internacionais, formas mais rudes de divertimento, distrações mais perigosas — como a Roda de Ferris* — tomaram a dianteira: sômente o brilho ostensivo permaneceu numa Coney Island. Mas o ponto de origem é tão claro como o caminho da decadência.

Se o jardim do prazer cresceu num dos ramos da vida barrôca, o museu — originariamente a própria essência da vida aquisitiva — cresceu no outro ramo. A princípio, o museu teve por origem a curiosidade científica, como nas coleções de Aristóteles, por exemplo: e depois da era alexandrina do saber, o "museum" foi relegado à condição de coleção de relíquias de santos — um osso, um dente, uma nódoa de sangue — nas igrejas medievais. Mas as coleções dos museus, no sentido moderno, começaram com as coleções de moedas e inscrições, que tinham tomado forma já no século quinze, na Itália; essas anteciparam de alguns anos as coleções de história natural de um von Netteshyn, um Paracelso ou um Agrícola. Aliás, os escritos do último foram decisivos para induzir o Eleitor Augusto da Saxônia a formar as coleções que, desde então, vieram a constituir o museu de Dresden.

Essa busca desordenada de curiosidades, maravilhas e espécies teve lugar em tôda parte da Europa: foi uma primitiva "economia de coleção" da mente. Adquirir pelo propósito de adquirir era próprio do espírito da época: o desfile de curiosidades do museu era uma espécie de correspondente erudito do desfile de vitrinas; na sua forma primitiva, foi principalmente outro exemplo de exibição de vaidade. Na transformação dêsses gabinetes de curiosidades, dêsses gabinetes de moedas, dêsses gabinetes de estampas, em edifícios públicos independentes, a côrte e a aristocracia desempenharam papel preponderante. Mas a abertura do Museu Britânico em 1759, por doação de *Sir* Hans Sloane, foi um marco em matéria de cultura popular; pois, quando as mostras deixaram de ser meramente uma satisfação privada do proprietário, passaram a ter a possibilidade de se transformarem em meio de educação pública.

(*) Roda-gigante, inventada por G. W. Ferris (N. do T.).

A meio caminho entre o prazer e a curiosidade, situa-se uma última dádiva da côrte: o jardim zoológico. A manutenção de animais selvagens, especialmente os mais exóticos, trazidos do estrangeiro, já era um atributo dos reis, em plena Idade Média; costumavam às vezes ser usados em paradas, como os animais dos circos itinerantes do século dezanove. O aumento dessas coleções de animais vivos, a criação de acomodações permanentes e de locais de exibição para eles, teve lugar como parte do mesmo movimento de cultura científica e aquisitiva que criou o museu. Tal como o museu, serviam de apropriado destino para os troféus do explorador e do caçador. Era esta uma nova contribuição para a cidade: um símbolo daquele estado indômito que o homem muito facilmente compromete, quando procura a presença confortadora da sua própria espécie na cidade. As atitudes divertidas do macaco, a imperturbabilidade do hipopótamo, os movimentos ágeis e alegres dos leões marinhos — tôdas essas coisas, se não punham o cidadão em contacto com a natureza, pelo menos tinham um efeito repousante sôbre o ego urbano superexcitado: davam um prazer comum ao adulto e à criança. Até mesmo sovadas reliquias barrôcas tais como o urso dançarino ou o macaco do tocador de realejo serviam como singular toque de graça animal, entre as muralhas tristes das ruas do século dezanove. Será por acaso que êsses símbolos indicativos da vida na côrte eram usualmente presididos por um italiano?

11. — *O Quarto de Dormir e o Salão*

A influência da côrte, que foi poderosa na cidade em geral, não o foi menos nos hábitos domésticos; ou, pelo menos, nas casas das classes médias e das suas superiores econômicas. Aí, os hábitos da côrte, tanto os bons como os maus, tiveram predomínio. Do lado mau naquele novo despotismo doméstico que teve a sua fonte no número enorme de pessoas destituídas que se amontoavam nas capitais, para vender os seus serviços por ninharias. O lado bom foi o aperfeiçoamento estético dos costumes, talvez um tanto influenciado pelo novo conhecimento das formas suaves e perfeitas da civilização chinesa; e, acima de tudo, a propagação da intimidade dentro do lar — fato que deu nascimento a um novo código de hábitos sexuais, dando requintes às preliminares das relações sexuais e tendendo a ampliar o período de juventude amorosa de ambos os sexos. O próprio verbo cortejar, referente àquele jôgo preliminar que inclui a exibição de argúcia e encanto, bem como de paixão física, mos-

tra o quanto a nossa vida erótica deve às práticas da côrte: a palavra foi cunhada em fins do século dezesseis.

A alteração na constituição da estrutura doméstica manifestou-se de várias maneiras. Primeiro, pelo gradual divórcio entre a casa, desde então transformada em lugar para comer, para receber e, de um modo secundário, para criar filhos, e o local de trabalho. As três funções de produção, venda e consumo estavam, agora, separadas em três diferentes instituições, três diferentes conjuntos de edificações, três partes distintas da cidade. O transporte para o lugar de trabalho e de volta dêle era, antes de tudo, um privilégio dos ricos mercadores das grandes cidades: sômente no século dezanove, infiltrou-se nas demais classes da cidade, e, em vez de ser um privilégio, tornou-se um ônus penoso. Como resultado de a casa doméstica transformar-se exclusivamente em organização de consumo, a dona de casa perdeu o contacto que tinha com os negócios do mundo exterior: transformou-se em especialista em assuntos domésticos ou em especialista em assuntos sexuais, algo de escrava, um pouco de cortesã, ou, mais freqüentemente, talvez, num pouco das duas coisas. Desde então, a “casa privada” passou a existir: *privada em relação aos negócios*. E tôdas as partes passaram a partilhar cada vez mais dessa intimidade.

O crescimento da domesticidade significou parcialmente o enfraquecimento do interesse público entre os cidadãos da classe média, especialmente entre as seitas religiosas excluídas. Entre as classes médias, havia uma tendência natural para substituir os negócios públicos pela vida privada. Destituído das suas liberdades, incapaz muitas vezes de até votar em seus oficiais municipais ou de tomar parte nos negócios oficiais da sua cidade, a não ser quando designado pelo Príncipe, era natural que os interesses do cidadão se transferissem, ou que se tornassem mais restritos. Se fôsse membro de uma seita religiosa proscrita, como o eram muitos membros das classes mercantes, o incentivo era maior ainda. Para usar uma expressão vitoriana: as classes médias começaram pensar apenas *para si mesmas*.

Para contrabalançar a falta de verdadeiro trabalho doméstico, um novo tipo de trabalho foi inventado para ocupar os ociosos e enriquecer o ritual de consumo exagerado. Refiro-me ao cuidado do mobiliário. Os móveis do lar medieval eram equipamentos: cadeiras para sentar, camas em que dormir, ícones diante dos quais rezar — só isso, e nada mais. O mobiliário é realmente uma re-invenção do período barrôco; pois, por mobiliário, entende-se equipamento inútil e super-

requintado: vasos delicados para espanar, embutidos e madeiras preciosas para polir, peças de metal para manter brilhando, cortiças para serem sacudidas e limpas, bricabraques e primiores para serem lavados. A exhibição era mais importante que a função; e o cuidado do mobiliário ocupava o tempo que outrora se dedicava a tecer tapeçarias, a bordar roupas, a preparação de úteis conservas domésticas, de perfumes e de coisas mais simples. Esses novos encargos foram infligidos às donas de casa e à criadagem, no mesmo momento em que a forma da própria casa havia-se alterado, multiplicando o número de câmaras privadas a serem supridas de lenha, carvão e água, e elevando a altura das moradias, de dois lances de escadas para cinco, com um abaxio do solo.

Até o século dezessete, pelo menos no Norte, a construção e a calefação mal tinham progredido o suficiente para permitir o arranjo de uma série de quartos privados na moradia. Agora, porém, uma separação de funções verificava-se dentro da casa, assim como dentro da cidade em seu todo. O espaço tornou-se especializado, cômodo por cômodo. Na Inglaterra, seguindo o modelo das grandes casas, a cozinha foi separada do quarto de despejo, onde se fazia o trabalho de limpeza; e as várias funções sociais da cozinha foram tomadas pela sala de estar e pela saleta. A sala de jantar separou-se do quarto de dormir; e, embora, no século dezessete, o quarto de uma dama servisse ainda como sala de recepções para os seus convidados, ficasse ou não ficasse a cama numa alcôva, no século dezoito uma sala especial para reuniões e palestras, a sala de recepções, ou salão, passou a existir. E os cômodos não mais davam uns para os outros: eram agrupados ao longo do corredor, como casas numa rua. A necessidade de intimidade produziu esse órgão especial de circulação pública.

A intimidade era o novo luxo dos bem educados; só gradualmente, os criados e assistentes da casa e os trabalhadores industriais tiveram vislumbres dela. Mesmo nas casas requintadas do século dezanove, a criadagem muitas vezes dormia na cozinha ou num abrigo junto dela, ou em dormitórios comuns. Ora, a intimidade fôra reservada, no período medieval, aos solitários, às pessoas sagradas que buscavam refugiar-se dos pecados e das aflições do mundo exterior; apenas os senhores e as damas podiam sonhar com tal coisa noutros termos. No século dezessete, ela serviu para a satisfação do ego individual. O quarto da dama passou a ser um *bowdoir*, literalmente um lugar onde se fica à vontade;

o cavalheiro tinha o seu gabinete ou a sua biblioteca, igualmente invioláveis; e em Paris, podia ter até mesmo o seu próprio quarto de dormir. Pela primeira vez, não era apenas uma cortina, mas uma porta, que separava cada membro individual da casa de todos os demais membros.

Intimidade, espelhos, quartos aquecidos: tais coisas transformaram inteiramente o ato de amor de ocupação sazonal em ocupação do ano inteiro, outro exemplo de regularidade barroca. No quarto aquecido, o corpo não precisava ocultar-se sob um cobertor: o erotismo visual aumentava o efeito dos estímulos tácteis; o prazer do corpo nu, simbolizado por Ticiano, Rubens e Fragonard, fazia parte daquela expansão dos sentidos, que era decorrente de uma alimentação mais generosa, do uso mais livre de vinhos e licôres fortes, das roupas e dos perfumes mais extravagantes do período. O namôro e a côrte criaram os movimentos de *swapsensè* e incerteza, de carícias e de retiradas, que serviam de antidoto contra a saciedade: tais práticas compensavam o hábito de viver em rotina. Aquêles luxuriosos homens e mulheres nunca se sentiam tão à vontade como quando estavam na cama. As damas recebiam na cama as suas visitas; os estadistas ditavam da cama a sua correspondência; uma corrente oculta de intêresses eróticos impregnava, destarte, a casa inteira, ora obscena, ora brutal, ora romântica, vez por outra terna — com tôdas as nuances, desde o quarto de dormir de Julieta até aquêles em que Joseph Andrews quase perdeu a virtude. As necessidades privadas do quarto de dormir penetraram até mesmo no jardim: a casa de verão, o templo do amor, ou o mais aristocrático labirinto, composto de sabes elevadas — lugares afastados dos olhares curiosos onde não se ouviam nem mesmo passos admontórios dos criados.

Enquanto isso, outras alterações técnicas, hesitantemente, penetravam na casa de morada. A invenção da privada por *Sir John Harrigton*, em 1596, constituiu um importante aperfeiçoamento sanitário da casa; mas a moda não se propagou rapidamente: pois até mesmo a privada sêca interior só foi introduzida na França no século dezoito, como novidade inglesa; ao passo que o Palácio de Versalhes, construído sen que se olhassem despesas, não tinha nem mesmo as comodidades de um castelo medieval: empregavam-se cômodas portáteis, sôbre rodas. Antes da invenção da descarga e do tubo de exaustão para a privada, a condução da manilha de esgôto para trás da casa quase anulava as vantagens do novo melhoramento: haja vista a preocupação dos ingleses, durante o século dezessete, com "esgotos estragados". Com

II: A CIDADE BARRÓCA

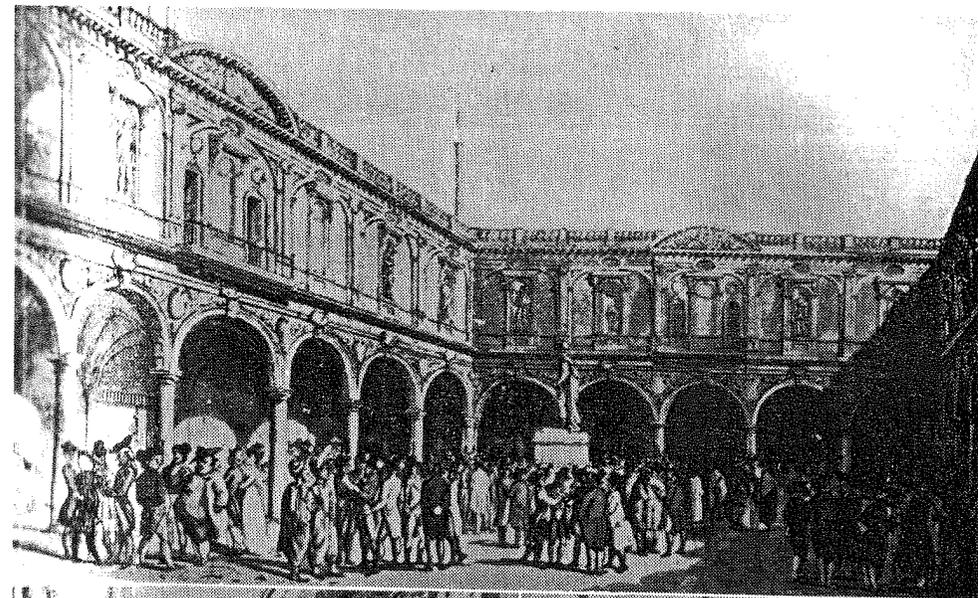
(7) RECEITA E DESPESA

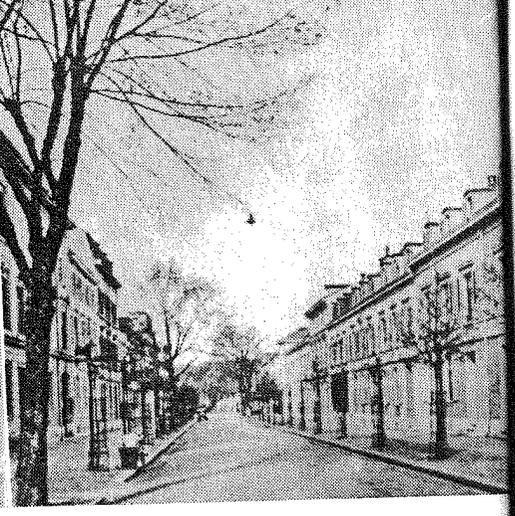
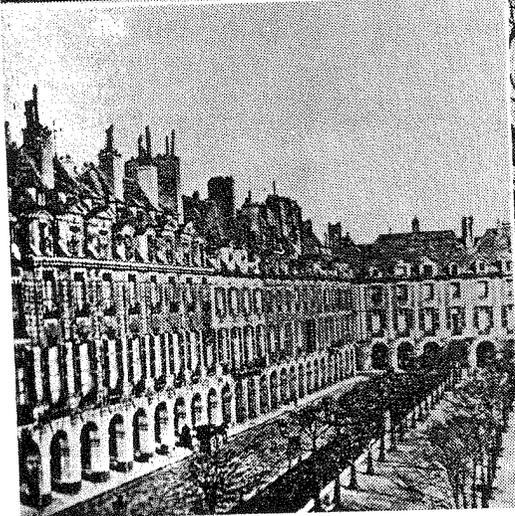
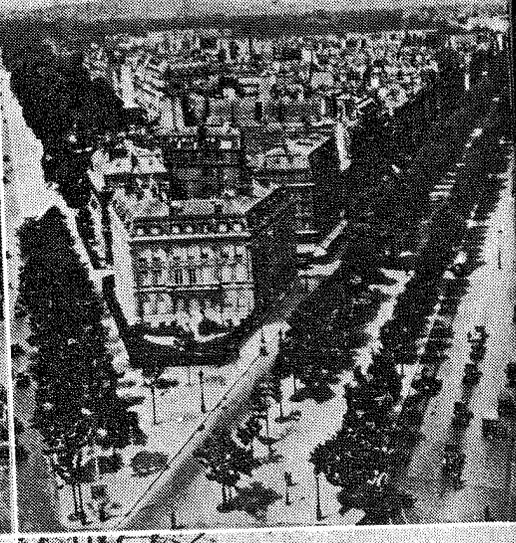
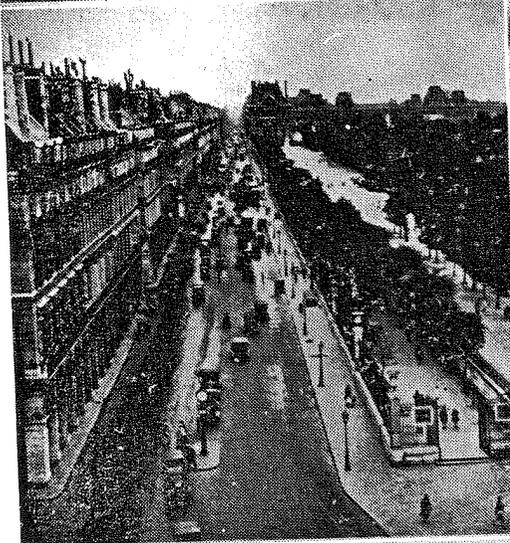
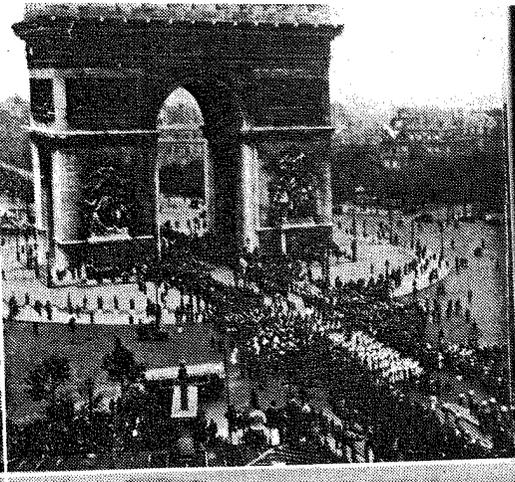
(AO ALTO) Pátio da Royal Exchange, Londres. O aparecimento da Bólsa internacional, no século dezesseis, assinalou a passagem da economia de trocas para uma economia monetária, em que o comércio era feito sem que se vissem realmente nem se tivesse contacto com os bens que eram comprados ou trocados. O jornal, começando pela publicação de notícias internacionais como aquelas que se devolveram para a Casa de Fugger, foi um complemento necessário dessa instituição, pois os preços internacionais eram influenciados pela guerra, pelos monopólios temporários, pelos excessos e pela escassez; e os que liam as primeiras notícias desses acontecimentos podiam tirar proveito. Boa parte dos jornais metropolitanos ainda é dedicada a notícias financeiras.

(AO CENTRO, À ESQUERDA) Interior do Banco da Inglaterra. A transformação da tenda do ourives no banco moderno é um fenómeno tão complexo que o processo dos bancos ainda é baseado nas prescrições mágicas que nada têm a ver com as relações essenciais. Idealmente, o banco é uma agência responsável para a distribuição das energias potenciais de uma comunidade numa série de canais inter-relacionados, onde possa dar-se a conversão em energia cinética e produtividade humana, com um mínimo de perdas. Mas a concepção do banco como uma função privada de especuladores e aproveitadores criou a necessidade de se instituírem organismos públicamente controlados para desempenhar tais serviços coletivos. Especulação e privação, exibição de luxo e acumulação de avarizia, serviços económicos e encantamento capitalista — tudo isso andava lado a lado: uma ambivalência refletida na arquitetura da cidade.

(AO CENTRO, À DIREITA) Primitiva loja de departamentos de Paris: vitrinas e artigos acabados à venda. *The Female Tatler* (Londres, 1709) observava que "as lojas são perfeitos teatros associados". Com o tamanho crescente da cidade e a crescente distância do interior, que fornecia os seus bens, o intermediário entra em cena como ligação entre o comprador e o vendedor: fretes, transporte aquático, armazenagem, emprêgo de pessoal, compra a crédito, tudo isso passou a constituir instituições especializadas com prédios especializados. A conveniência de dispor de grandes sortimentos de bens a qualquer tempo é imensa; daí a compra e venda torna-se uma ocupação diária; vida urbana, em função da mão e do estômago, em contraste com o cálculo a longo prazo do homem do campo sobre as estações. Mas o prego pago por essa conveniência também é imenso: às vezes, pobreza para o produtor, às vezes falência para o intermediário; eventualmente, preços mais altos para o consumidor.

(EM BAIXO) O passeio ante as vitrinas amplas e envidraçadas, com os seus artigos atraentemente dispostos, mas protegidos contra o sol e a chuva. A combinação da atividade de fazer compras com o tráfego sobre rodas, a tendência para transformar toda avenida numa avenida de lojas, em vez de concentrar as compras em mercados, é um legado característico da cidade mercantilista: um elemento de demolição e desorganização. Introduziu a confusão nos bairros residenciais e, à medida que se prolongavam as ruas, multiplicava inutilmente o espaço destinado ao comércio em bases de competição, sem levar em conta a utilidade nem mesmo o lucro.





11. A CIDADE BARRÓCA

(8) PARIS: A ORDEM CARTESIANA

(AO ALTO, À ESQUERDA) Place de la Concorde, de frente para a Mateteine, através da Rue Royale. Um lugar dedicado unicamente ao tráfego sobre rodas e às perspectivas; mas uma barreira ao movimento seguro de pedestres, e, sem o concurso de veículos, um tanto vazio. A agorafobia da Idade Média deu aqui lugar à claustrofobia, característica herança de um período de movimento e exploração incansáveis: o sentimento é mais puro em planos mais recentes, como este, do que em lugares mais antigos, como a Place des Victoires, que ainda guardam certas formas medievais sobreviventes. (Fotografia de Ewing Galloway).

(AO ALTO, À DIREITA) Arc de Triomphe: a avenida barróca em ação, teatro de homens em marcha e espectadores. A Place de L'Etoile é, com as suas avenidas radiais, um local admirável para que a artilharia domine a aproximação de multidões ameaçadoras — e para isso foi feita. Compare-se este círculo bi-dimensional, com o seu movimento formal de tráfego, com o padrão em fôlha de trevo da moderna rodovia, destinada funcionalmente ao movimento de tráfego a se cruzar em várias direções, sem atritos nem interrupções, por meio de viadutos e passagens em desnível. (Fotografia de Ewing Galloway).

(AO CENTRO, À ESQUERDA) Rue de Rivoli: em parte construída sob Napoleão I e prolongada por Haussmann sob Napoleão III. Plano urbano eficiente, porque a rua e os prédios em arcadas que a orlam de um lado foram concebidos como uma unidade; contraste com a idéia de distribuição arbitrária de bairros e quarteirões para propósitos desconhecidos (e, pois, especulativos). (Fotografia de Ewing Galloway).

(AO CENTRO, À DIREITA) Avenidas diagonais arborizadas. Aqui as formas irregulares dos quarteirões são razoavelmente bem aproveitadas; mas a determinação do seu tamanho, contorno e orientação, pelas necessidades externas do tráfego é estranha ao método funcional de projetar distritos residenciais. Durante toda a Renascença, dizer que uma rua ou avenida era reta era fazer-lhe um elogio: era reta e larga. A bem da sua função de teatro do tráfego rápido, muitas outras necessidades urbanas essenciais foram sacrificadas, nas ruas, a partir do século dezessete: a rua em curva, o beco sem saída, o *cul-de-sac*, foram destituídos, como se fossem antiquados e embaraçosos. O bulevar arborizado foi a mais alta expressão do planejamento de ruas barroco, precursor, na Avenue du Bois de Boulogne, do parque universal. (Fotografia de Ewing Galloway).

(EM BAIXO, À ESQUERDA) Place Royale, hoje Place des Vosges, construída em 1605. Com a Place Vendôme, obra-prima do primitivo planejamento formal, muito embora a elevação fique prejudicada pelos feios tetos de Mansard.

(EM BAIXO, À DIREITA) Rua de classe média, Zurique: típica sobrevivência barróca em dimensões modestas, característica de larga série de cidades de Boston e Baltimore a Genebra e Munique. Ordem, decência, boas maneiras. Monótono e deprimente, como na velha secção de Brownstone, em Nova York, ou nas partes mais sem graça de South Kensington e Pimlico, mas, geralmente, um contraste feliz com o subúrbio romântico.

a invenção eotécnica da privada, surgiu outra prática diretamente tomada de empréstimo aos chineses: o emprêgo do papel higiênico — mais importante para a higiene doméstica do que o papel de paredes, que apareceu mais ou menos ao mesmo tempo.

Com tôda a sua luxuriante exibição, a cidade barrôca não suportará uma inspecção rigorosa em matéria de padrões higiênicos e sanitários: a cidade medieval típica era mais salubre. Muito embora o corpo fôsse agora celebrado em poemas e pinturas, ou sistematicamente investigado na fisiologia, as pessoas daquele período não faziam caso de conservá-lo tão limpo como o fizera a cultura anterior. Talvez por causa dos perigos da sífilis, o banho medieval começara a deixar de existir no século dezesseis; até mesmo entre os judeus, dos quais podia esperar-se que conservassem nos seus guetos os métodos medievais tão plenamente harmonizados com as práticas sanitárias mosaicas, o banho ritual que se costumava levar a efeito na Sinagoga — o Mikveh — foi suspenso durante a Renascença. Os novos batistas podiam insistir na imersão total; mas parece que lhes bastava uma experiência pela vida inteira.

Talvez o preço cada vez mais alto da água quente tivesse algo a ver com essa queda, pelo menos entre a gente comum; é o que se poderia concluir da escassêz de madeira combustível na vizinhança imediata das cidades maiores. Mas o fato, em si mesmo, é fora de dúvida. Em 1387, havia 29 banheiros em Frankfort; em 1530, não havia sequer um. No século dezessete, após uma interrupção, o banho foi outra vez introduzido, como importação do estrangeiro, um luxo, um meio de renovar o corpo após um ato de libertinagem; eram os chamados banhos turcos ou russos. Quase imediatamente, porém, êsses banhos transformaram-se em locais de prazer e casas de encontros: *bagnio* voltava a significar bordei. Doenças oriundas da falta de asseio tal como a varíola floresceram nêsse período; e, com o superpovoamento das cidades, o volume de água, que fôra suficiente quando se instalaram os aquedutos, no século dezesseis, mostrou-se totalmente insuficiente. Uma vez que êsses aquedutos não eram, muitas vêzes, nem renovados nem prolongados, os habitantes da cidade costumavam ter uma quantidade muito menor de água per cápita, no século dezoito, do que tinham tido dois ou três séculos antes. Quando o banheiro, afinal, penetrou na habitação do século dezessete, ao som dos hinos ao progresso mecânico que então se entoaram, só um antiquário retardado seria capaz de reconhecer que Johann Andreae havia designa-

do uma tal dependência *para cada três apartamentos*, na sua cidade ideal, Cristianópolis, e que tais cômodos tinham sido comuns, nas melhores casas de burgo da Alemanha, na Idade Média.

12. — *A Desordem do Superpovoamento Especulativo*

Quando se fala do novo padrão de domesticidade, o que se menciona são apenas as moradias das classes média e superior. Mesmo nelas, os novos requintes, o novo luxo da intimidade, os novos ornatos sensuais, só penetraram lentamente. A mudança foi assinalada na decoração, dos tetos de madeira para os tetos de estuque, das paredes apaineladas para as paredes revestidas de papel, do mobiliário pesado e custoso de carvalho para as peças mais delicadas de mogno e de bôrdo, dos motivos góticos para os motivos clássicos, mais rapidamente do que nas partes mais essenciais da estrutura. A mudança de dimensões, o novo sentido de espaço, a elevação do teto nos climas setentrionais — uma inovação deliberada de Vanbrugh — gradualmente produziram uma ordem interna que correspondia às novas avenidas barrôcas do exterior.

Mas essa expansão das habitações da classe superior fêz-se às expensas das moradias da classe inferior: se uma se alargava, a outra tornava-se mais apertada. O superpovoamento e a especulação imobiliária eram os vermes ruinosos que carcomiam até o coração da linda flôr barrôca: juntamente com êles, dá-se o aumento dos valores imobiliários, que iria solidificar a conseqüente depressão física e dar-lhe forma permanente. Alguns dos próprios príncipes barrocos não deixaram de dar-se conta dos perigos do superpovoamento; pois o movimento tivera o seu início nas capitais já no século quinze: em *Piers Plowman*, encontra-se a observação de que, se os donos da terra vendessem com honestidade, não construiriam tanto; Robert Crowley escreveu um vigoroso poema acêrca daqueles que faziam subir os aluguéis.

Todavia, a interrupção do congestionamento de construções na cidade só teria sido possível se as forças que vinham lançando gente dentro da cidade tivessem sido controladas na fonte; se as condições econômicas do campo tivessem sido melhoradas, se a indústria provinciana tivesse sido posta em pé de igualdade com a da capital, se tivessem sido fundadas novas cidades e reparadas e ampliadas as velhas, se as classes superiores tivessem sido privadas do seu monopólio da

se destinavam a alojar uma só família — prática que iria tornar-se quase universal, em tôdas as cidades em crescimento durante os três séculos seguintes. Em 1593, um ato do Parlamento observava que “grandes males diàriamente crescem e aumentam em razão de se atravancarem as casas com famílias diversas, abrigarem-se pensionistas e converterem-se grandes casas em várias moradias, e de se exigir a edificação de novos edifícios em Londres e Westminster.”

É quase desnecessário dizer que tais proclamações e editos deram em nada: as mezinhas suavizavam a consciência do médico; não eram capazes de curar a dor do paciente. Na medida em que os esforços para proibir as construções foram bem sucedidos, sem remover as causas do congestionamento, serviram êles apenas para intensificar os males já existentes. Mas os aluguéis continuavam subindo, enquanto desciam as condições de vida: eram vícios públicos que podiam ser capitalizados como benefícios particulares. As Casas dos Velhos Soldados, de que as capitais militares começaram a ufanar-se no século dezessete, podiam ser palaciais, como a criada por Wren em Chelsea: as novas casas de trabalhadores não passavam de telheiros.

A transformação das velhas casas em amontoado de moradias, onde uma família inteira podia ser apertada dentro de um só quarto, não foi suficiente para acomodar a população aumentada. Era preciso que se construíssem novos bairros, os quais aceitariam essas condições de depressão como um modêlo. De acôrdo com a autobiografia de Roger North, a construção em bases especulativas teve início, em grande escala, em Londres, com as aventuras do Dr. Barbone, após o Grande Incêndio de 1666. A escassez de habitações então verificada deu-lhe uma oportunidade favorável. “Foi êle o inventor dêsse novo método de construir abrindo lotes nas ruas e pequenas casas, e vendendo o lote ao trabalhadores por tanto por pés de frente; e, no que não podia vender, êle mesmo construía. Isso fêz com que os alugueis se elevassem, a título de amortização, e outros, seguindo os seus passos, deram requintes e melhoraram o seu método, e construíram bairros inteiros em redor de Londres.”

Pela perfeição desonesta dêsse sistema, podemos agradecer ao século dezessete; foi preciso, porém, que surgissem a máquina a vapor e a fábrica em larga escala, para que êsse método de construção viesse a tornar-se prática padronizada, mais ou menos em todo o Mundo Ocidental; muitas vezes em formas piores, raramente em melhores. A medida que cresciam os valores da terras, subiam também as alturas

dos prédios, nas cidades onde o monopólio da terra ou os obstáculos topográficos reduziam a quantidade de espaço disponível para construções. Quanto mais congestionada era a terra, mais elevada a renda; quanto mais elevada a renda, maior o valor capitalizável da terra. Londres foi poupada dos piores resultados dêsse círculo vicioso pelo fato de grande parte da terra constituir-se de propriedades feudais de direito a longo prazo; mas Frederico o Grande, ao abandonar o costume germânico e pôr a terra em bases romanas, com a mesma condição da estrutura, estava abrindo o caminho para aquela desembaraçada especulação imobiliária que corrompeu o planejamento de Berlim, e o seu traçado em quarteirões, até a constituição da República Alemã, em 1918.

Em suma, o congestionamento produziu recompensas financeiras: possuir cortiços muitas vezes dava resultados muito mais elevados que fazer investimentos em zonas mais respeitáveis da cidade. A transformação da pobreza do East End na riqueza do West End foi a magia suprema da finança barrôca: a riqueza tirada da pobreza. Desempenhou ela uma parte importante na super-expansão e super-concentração que, pela época de Cobbett, fêz com que seu epíteto, *The Wen*, se tomasse uma descrição precisa de tôdas as capitais.

13. — *A Planta Barrôca*

Com exceção das colônias de além-mar, as principais cidades novas edificadas do século dezesseis até o dezenove foram as “Residenzstädte”, lugares escolhidos para abrigo permanente do Príncipe e sua côrte. Mannheim, Karlsruhe e Potsdam pertencem a êsse grupo. Os prolongamentos urbanos, que foram levados a efeito segundo as novas linhas, eram geralmente feitos em capitais, como Nápoles ou Munique, ou em cidades como Edimburgo e Nancy, onde a nova burguesia tinha ganho pretensões quase aristocráticas. A nova planta distinguia-se dos antigos prolongamentos medievais pelo emprêgo de linhas retas, quarteirões regulares e, na medida do possível, com ruas e avenidas radiais, a cortar imparcialmente velhos obstáculos e campos novos.

O protótipo do tipo de plano de avenidas em forma de asterisco foi, como se poderia esperar de uma aristocracia de caçadores, o próprio parque de caça. Nêle, as longas alamêdas, abertas por entre as árvores, permitiam aos caçadores reunir-se num ponto central e sair a galope em tôdas as direções. A caça e a cavalgada louca que a acompanha continuam sendo, até hoje, o esporte privilegiado da aristocracia.

cracia, em todos os países. O ponto central de encontro, o sítio redondo ou a praça do novo plano foi, originalmente, a sede do pavilhão de caça. Quando foi traçado o plano de Versalhes, o próprio palácio foi situado no lugar do velho pavilhão de caça onde Luís XIV havia dirigido os primeiros galanteios a sua amante, Madame de la Vallière. O palácio de Karlsruhe situou-se igualmente no sítio de um pavilhão de caça. Mas, na planta, êsse ponto de encontro tinha um significado diferente: o palácio atraía para si mesmo as novas avenidas da cidade, assim como o próprio governante reunia o poder político que outrora tinha sido disperso por entre uma multidão de grupos e corporações. Tôdas as principais avenidas conduziam ao palácio. E, quando se erguesse o olhar, do meio da rua, o palácio, as mais das vêzes, seria visto no fim da perspectiva.

Na França, êsse tipo de planta gozou de extrema popularidade; na realidade, deixou sinais nos distritos suburbanos de Garches e Meudon. Mas foi imitado numa área tão grande como a própria Civilização Ocidental — em lugares tão distanciados como Samarkanda e Washington. A planta da Samarkand existente no fim do século dezanove, era, aliás, clássica em todos os sentidos. Havia uma cidadela, e, para o leste, espalhava-se a cidade velha. Partindo em raios da cidadela, corriam as ruas e os bulevares da cidade nova, encaminhando-se para leste. Seria por acaso que êsses bulevares terminavam, ao norte ao sul, num quartel e num hospital militar?

Para a planta em forma de asterisco houve, todavia, outro ponto de origem paralelo. Nos primeiros traçados em forma de estrêla das fortificações, a própria cidade transformava-se num polígono regular, geralmente octogonal; e as ruas principais eram ou divididas em forma de uma cruz, ou dispostas de modo a convergir de cada um dos ângulos do octógono. Quando a fortificação perdeu a sua eficiência, o efeito principal dêsse modelo foi fazer da cidade, ou do bairro, um setor da teia de aranha inicial, com as outras avenidas a se irradiarem para fora, para o parque ou o campo aberto.

O esquema de praças centrais, dominadas por monumentos, flanqueadas por edifícios públicos e avenidas que se estendiam a partir dêsse centro, alterou profundamente tôdas as dimensões do planejamento. Pois a avenida passava agora a ser, em caráter definido, a moldura horizontal dos edifícios terminais: embora tais edifícios pudessem ser coroados por um domo, o efeito principal do planejamento era aumentar a importância das linhas horizontais reguladoras. Não eram

apenas os domos dos prédios centrais que pareciam flutuar: os próprios edifícios principais, quando separados por largas avenidas, igualmente flutuavam no espaço: se a cidade medieval era capaz de provocar claustrofobia, a cidade absoluta tinha justamente o efeito contrário — o de promover a agorafobia. A repetição de motivos, o emprêgo de um pequeno conjunto de formas clássicas, apenas aumentavam a impressão de vazio visual na nova perspectiva das ruas. Sômente pela muito íntima justaposição do parque e da alameda arborizada à perspectiva de ruas suburbana, podia evitar-se certa frieza na arquitetura: a Avenue de l'Observatoire e dos Champs Elysées têm uma qualidade calorosa que não ficou inteiramente esquecida no bulevar parisiense do século dezanove.

Mas, como já dei a entender, a cidade, na nova planta foi sacrificada em favor da avenida. A avenida uniforme levava o tráfego e a confusão a partes da cidade que haviam sido tranqüilas e contidas em si mesmas, e tendia a situar o mercado ao longo das linhas de tráfego, em vez de destacar pontos locais de concentração de residências. Mais ainda, a avenida determinava o tamanho e a forma do quarteirão; e as necessidades domésticas eram coerentemente subordinadas às exigências ostentatórias dos veículos de roda.

É possível representar o novo método de traçar e delinear as cidades por um símbolo geométrico: um círculo, como Freudenstadt, um octógono, como Villa Nuova, uma estrêla parcial, como Karlsruhe ou Mannheim. Que significa isso? Significa que a figura abstrata determina o conteúdo social: as instituições da comunidade não mais geram o plano e o modificam conforme as necessidades especiais da vida. Se a topografia é irregular, terreno deve ser uniformizado, por mais absurdo que isso custe em material e mão-de-obra, simplesmente para fazer o plano funcionar. Tão difícil era isso, todavia, que, quase sempre, a construção de cidades barrôcas teve lugar em sítios nivelados. Isso não aumentava apenas o custo do desenvolvimento da cidade; mas o aumento de veículos sobre rodas também fazia crescer as despesas, por obrigar ao uso de um tipo mais pesado de calçamento; a ampliação e o prolongamento dessas avenidas multiplicou mais ainda os custos.

Ora, a função da geometria, na planificação, é esclarecer e orientar. Como todo outro tipo de abstração útil, deve ela ficar condicionada pelos fatos e dar lugar aos fatos, quando êstes indicam dado aspecto da vida que escapou da fórmula. Até certo ponto, a atitude matemática do planejador absolutista teve a vantagem de normalizar o procedimento no traçado

de bairros, quarteirões e lotes individuais. Num período em que as modificações eram rápidas e em que o costume não podia mais ser orientação suficiente, uma atitude assim podia ser útil, ou pelo menos aproveitável. Infelizmente, os planejadores barrocos mostraram-se demasiado confiantes a respeito do tipo de ordem que impunham: não havia lugar no seu planejamento tri-dimensional nem mesmo para o fator tempo; e, por outro lado, não perdiam tempo para estudar as peculiaridades topográficas do sítio. Tendo ido buscar nos monumentos da Grécia e de Roma a sua inspiração original, tais mentalidades classicamente formadas não tinham o sentido do tempo como processo de desenvolvimento. Todas essas modificações e adaptações, que são inevitáveis com o crescimento posterior, foram por eles deixadas fora de cogitação: daí terem sido os seus planos demasiado simétricos, a sua ordem demasiado exclusiva e rígida, para admitir, como regra, as necessidades das gerações futuras. A planta barrôca era uma realização de natureza geométrica; se possível, sob a orientação de um déspota arquitetônico. Desde que alterar esse tipo de planta, introduzir elementos novos, é prejudicar a sua simetria, até mesmo os elementos estéticos superficiais da planta só podiam ser preservados através de severos regulamentos administrativos. Onde tais regulamentos foram mantidos, como em Paris, a ordem pôde ser preservada, na superfície, durante muitas gerações.

Enquanto um único proprietário ou construtor levasse a efeito o planejamento e a construção de um novo bairro, dentro de um período limitado, seria possível dar-lhe grande congruência e elegância: vejam-se os casos de Bath, Nancy e Potsdam. Mas, quando o plano existia apenas em determinados trechos, como em Londres, ou quando a execução de boa parte dele era deixada para a ação futura, como em Washington, o resultado podia ser uma desordem que dificilmente se poderia distinguir do que teria existido sem o plano: haja vista o sórdido cortiço que ainda é Avenida Pennsylvania. Enquanto que aquêles novos planejadores dedicavam-se mais ciosamente à criação de cenários para edifícios públicos, a nossa época atual acha mais o que admirar nas características mais íntimas do planejamento formal: a Place des Vosges (anteriormente, Place Royale), em Paris, 1612; a Place Vendôme, 1708; as partes de Nancy construídas entre 1705 e 1763, as partes de Bath construídas entre 1763 e 1767, as praças de Bloomsbury e Mayfair do século dezoito, ou as de Belgravia do século dezenove.

Aí estava a nova ordem, na sua melhor forma. Os seus ingredientes eram demasiadamente simples, e deviam muito

pouco ao culto espúrio do passado. Uma praça comum, oval ou circular, com um parque gradeado no centro, cujas árvores e sebes formavam uma muralha verde que dava para a rua próxima. Por toda parte, empregavam-se materiais comuns de construção, tijolos, gesso ou pedras, davam a mesma cor a toda a frontaria. A linha do teto era uniforme, acentuando-se ligeiramente em forma de frontão, no ponto indicado na planta, não pela exigência de dado indivíduo que desejasse ser mais notável que seus vizinhos. Tais qualidades de planejamento eram baseadas numa situação financeira e social comum e num padrão comum de gosto.

É preciso, porém, que se olhe mais de perto, mesmo nos bairros das classes superiores, por trás da bonita frente clássica. Observem-se os fundos das requintadas casas de Charlotte Square, Edimburgo: são como casernas. Acompanhem-se as travessas que partem das grandes avenidas: encontrar-se-ão cortiços.

Tal ordem era, nitidamente, um planejamento de classes: simbolizava a frente comum das classes proprietárias. Esse particular foi admiravelmente ilustrado num diálogo do século dezesseis, entre um homem do campo e um homem da cidade. O primeiro exalta as vantagens do campo e da vida social ali gozada com os seus honrados vizinhos — “pastores, açougueiros, fazendeiros, criadores, carpinteiros, escultores, alfaiates e homens como esses, muitos bons e honrados companheiros.” Seu adversário responde: “E assim penso eu, mas não para vós, que sois um cavalheiro.” “Como — exclama o camponês — haveríeis de me fazer viver sozinho e solitário? Isto seria pior do que estar morto”. Ao que o cavalheiro da cidade replica: “Não, não, pois, se vivêsseis pela maior parte do tempo na corte na cidade, entre os de melhor categoria, acabariéis ali encontrando companhia, *de acôrdo com vosso estado e condição.*”

14. — *As Formas Arquitetônicas*

Entre os séculos dezesseis e dezenove, há três estilos formais: cada qual leva a marca de uma fase especial do desenvolvimento social e econômico. Esses novos estilos de construção sucedem-se uns aos outros e se entremisturam: indícios da última fase já estavam presentes no século dezesseis.

A primeira fase é aquela que geralmente é etiquetada de renascentista primitivo. O sereno despertar do século quinze; o desenterrar de estátuas e monumentos, num estado misto de

êxtase e de temor; o olhar a dirigir-se para o horizonte e para o abóbada do céu. O símbolo dessa primeira fase é o arco rotundo: todo objeto, desde um espelho de senhora até um novo monumento, levará essa marca. Ao passo que a nova padronização pode exprimir-se na repetição de modelos de colunas e janelas, a nova regularidade e uniformidade a princípio só é levada adiante por curta distância, na perspectiva da rua. Pode descobrir-se uma praça renascentista, uma rua, um largo; mas procurar-se-á em vão uma avenida renascentista ou uma cidade renascentista: até então, elas só existiam na mente.

Depois, o ritmo da vida apressou-se e as forças turbulentas do criticismo religioso, da aventura econômica e da invenção mecânica estabeleceram novas pressões e contra-pressões. A invenção da imprensa deu ao processo de padronização a autoridade da palavra impressa, do desenho e da planta, mecânicamente reproduzidos: o saber livresco assumiu autoridade maior que a experiência de ofício, e a erudição passou, com pouco, a ser característica indispensável da boa construção. Conhecer as formas clássicas descritas na obra recém-impressa de Vitruvius, estar em contacto com as prescrições impressas de um Alberti, um Vignola, um Palladio, tornaram-se coisas mais importantes do que compreender as necessidades e os processos de vida dos próprios contemporâneos. As côrtes adotavam êsse culto e os grupos mais práticos da cidade eram impotentes para opôr-se a êle; só as casas do povo e as suas oficinas continuavam a ser construídas, na sua maior parte, à maneira habitual. Ao mesmo tempo, apareceram outros elementos de padronização além da palavra impressa: exércitos uniformizados, códigos e leis uniformes, moedas uniformes. Como uma contradição, apareceu também uma nova ilegalidade: na religião, a autoridade da consciência individual contra as instituições da Igreja; no governo, a vontade do príncipe, contra as leis locais e os costumes até então invioláveis; na vida privada, uma sensualidade sem peias que, nas classes superiores, não conhecia limites para o comer, beber e o intercurso sexual, afora a estafa animal. A máquina e a vida sensual, a reforma e a licenciosidade, o fanatismo e a frivolidade, caracterizavam de igual maneira a nova ordem que passou a ser suprema no século dezessete.

De um lado, um estudo mais pedante das Cinco Ordens e um esforço mais leal para geometrizar a vida: a perspectiva da rua foi ampliada e o tipo de casa uniformizado na fachada. Do outro lado, um capricho mais ousado no tratar dessa

massa de pedantismo organizado: as formas clássicas eram usadas meramente como esqueleto para os membros mais voluptuosos e corporais; as colunas das igrejas arqueavam-se como o corpo de um dançarino africano, e os interiores das igrejas podiam ser transformados em salões de dança pelo simples expediente de retirar-se o altar. O frontão quebrado e a espiral simbolizam essa nova fase. Os ornamentos passaram a ser mais profusos e os interiores tornaram-se repletos de vida e representações de vida: conchas marinhas, ouro polido, cornucópias, guirlandas de flôres, querubins alados, os corpos fragrantos e ardorosos de mulheres e homens no ato do amor, como os concebia um Fragonard, um Watteau, um Greuze. O tom solene intenso dos vermelhos e azuis das antigas janelas rosáceas das catedrais deu lugar aos frívolos tons de azul, rosa e branco do novo interior barroco: nas igrejas rococós, o céu tornou-se visível em dourados e estuque, numa materialização do sonho vulgar de São João de Patmos.

Em certo sentido, essa segunda fase da Renascença representou um afastamento da límpida pureza do primeiro momento, tal como os espasmos correntes de religiosidade eram apenas um substituto mesquinho da fé integral da igreja do século doze. Esse fato acarretou, pela primeira, vez o emprêgo da palavra barroco, como Croce afirmou com propriedade, no sentido pejorativo de algo bombástico e debilmente florido. Mas essa nova arquitetura simbolizava as crescentes divisões e contradições na totalidade da vida da cultura européia. Se ela impeliu a abstração do mecanismo para demasiado longe, numa só direção, no seu anseio unilateral de poder, impeliu o ânimo anti-mecânico para demasiado longe noutra direção. Muitas vezes, o mesmo prédio ou a mesma rua costumava exprimir os dois elementos. Talvez o símbolo mais triste de tudo isso seja o tipo de campanário que se tornou comum no século dezessete: aquêle velho símbolo medieval que apontava para o céu ressurgiu como uma espécie de caricatura: obtinha-se a impressão de altura pela superposição de um sobre outro conjunto de colunas, até que a massa delgada e pedante era coroada por um templo do amor em miniatura.

Entretanto, o símbolo mais representativo do urbanismo barroco, na sua fase mais fraca como na mais criadora, é o jardim ou o parque formal do século dezessete. Trata-se de uma composição formal no espaço, na qual os crescimentos e florações naturais passam a ser meros padrões subordinados de um desenho geométrico: nada mais que tapeçarias e papel pintado, engenhosamente reunidos a partir de materiais estranhos da natureza. A alamêda podada, na qual as árvores

a sua existência e compreendendo os seus propósitos: a outra, a do déspota barroco, insistindo na *sua* lei, na *sua* ordem, na *sua* sociedade, é imposta por uma única mentalidade a operar sob o seu domínio. Para aquêles que se encontravam dentro da vida barrôca, o cortesão e o financista, essa ordem formal era orgânica, com efeito: representava os valores que tinham criado para si mesmos, como uma classe. Para os de fora, era uma negação da realidade e uma forma de opressão.

Para entender as limitações finais do plano barroco, é preciso perguntar que previsões se faziam com respeito ao núcleo cívico. Na vizinhança, nenhuma: o mercado local e a escola não têm posições e sítios especiais na planta; nem o parque local dentro da grande praça, serve ao menos como um pequeno campo de recreação para os filhos daqueles que têm acesso legal à praça. Mas, na cidade como um todo, há um núcleo cívico, em relação de subordinação ao palácio do Príncipe; e a teoria dêsse núcleo foi admiravelmente estabelecida por Palladio: "É necessário voltar às praças principais, àquelas que devem ficar junto do palácio do Príncipe, ou àquelas para o encontro dos estados, conforme o país seja uma monarquia ou uma república. O fisco ou o tesouro público, onde o dinheiro e as economias do público são depositados, deve igualmente ficar junto dela, assim como as prisões. Estas últimas eram, antigamente, de três tipos; uma para os desregrados ou imodestos ... e que agora destinamos aos loucos ou aos doidos; outra era para os Devedores ... e a terceira para os traidores ou pessoas pérfidas."

O palácio; o fisco; a prisão; o hospício — que quatro outras edificações poderiam mais completamente resumir a nova ordem ou simbolizar as características da sua vida política? Foi por meio de combinações dessas instituições umas com as outras que se construiu a comunidade barrôca; e foi de acôrdo com variantes de uns ou de outros de seus planos e formas que as ruas, os prolongamentos do planejamento de cidades e as cidades novas do período foram construídos.

A verdade é que algo vital tinha sido esquecido na cultura do cavalheiro barroco; e estêve, naturalmente, ausente das cidades por êle concebidas e executadas. Que elemento era êsse? a religião? Não nos seus aspectos externos, pois, nas suas pesadas massas de construção, a Igreja continuava a ocupar um lugar predominante na cidade. O que faltava nesse esquema era uma previsão adequada com relação ao trabalho. Não havia interêsse pelo trabalho como tal; daí não haver previsão adequada para os locais de trabalho da

indústria, ou mesmo para os guarda-livros dos mercadores, na planta da cidade. Edificações Industriais especiais começavam, de fato, a pontilhar a cidade eotécnica: a moradia, mesmo com o auxílio de galpões, não podia assimilar os processos da grande indústria. Cervejeiros, fundidores, tintureiros, ferreiros, curtidores, tecelões, com estabelecimentos que reuniam cem ou mais teares — todos êsses ofícios exigiam um lugar especial na cidade. Quanto às rodas d'água e aos moínhos de vento, tinham-se tornado essenciais para a existência industrial da cidade desde o século doze: as suas massas formavam uma parte cada vez mais importuna dentro da nova perspectiva da ruas e na nova visão do céu. As docas e os armazéns eram pouco menos importantes.

Que papel desempenhou a teoria arquitetônica urbana ou o desenho urbano na evolução dessas estruturas? Praticamente nenhum, pois não se achavam cobertos nem pelo plano formal nem pelo culto das Cinco Ordens. Evelyn, que tanto fêz para promover o reflorestamento, estava à frente da sua cultura, nesse particular: propôs êle que tôdas as indústrias que exigissem grandes fogos, fôssem removidos do coração de Londres para o distrito entre Greenwich e Woolwich, e impedir que tais edificações fôssem erigidas perto da cidade, no futuro. A fundição de sêbo, a matança de gado de corte e o fabrico de sabões também não deveriam ser levados a efeito dentro da cidade: na mesma ordem de idéias, sugeriu êle que se reservassem as terras baixas das cercanias para campos, separados por densa plantação de árvores fragrantas, para melhorar a atmosfera da cidade. Tratava-se, porém de, sugestões de um homem extremamente capaz e descortinado: pode examinar-se uma vintena de planos urbanos barrocos tidos por ideais, sem verificar que o planejador tenha tido a menor noção do papel desempenhado pela indústria nas cidades. A marca mais característica do planejamento barrôco foi o esforço para manter a indústria longe dos olhos: o zoneamento era feito para os olhos. A tentativa de Ledoux, no princípio do século dezenove, para monumentalizar as construções industriais foi uma exceção tardia.

Veza por outra o engenheiro costumava tentar aplicar às suas construções industriais a mesma fórmula que empregava nos monumentos públicos: os faróis de Smeaton e a Ponte de Waterloo, de Rennie, são exemplos. Mais tais atavios ornamentais não podiam ocultar o fato de que o princípio de uma síntese efetiva estava ausente. Daí as formas mais bonitas de plenajamento barroco terem tido lugar naqueles trechos do

ambiente onde tais contradições e incompatibilidades não afetavam a ordem superficial: acima de tudo, a casa de campo e a grande propriedade rural. Fora da corte, a vida desse período manifestou-se como desordem: botas enlameadas da realidade a pisar em elegantes tapêtes.

15. — *O que Salvou os Olímpianos*

Para a massa de pessoas da cidade barrôca, o resultado do seu absolutismo político, da sua empresa mercantil e do seu sistema inexorável de taxaço foi a deterioração do meio e a queda do padrão de vida. Mas os próprios olímpianos foram poupados: enquanto passaram parte do tempo nas suas grandes propriedades no campo, e enquanto a própria cidade não foi invadida muito intensamente pela indústria mecânica, com a sua imundície e o seu congestionamento dos bairros adjacentes, o meio onde viveram foi salubre. Tinham ordem e tinham espaço: só eles. Assim como a própria empresa capitalista era parcialmente protegida contra o privilégio mesquinho e a rotina ainda mais mesquinha das guildas, assim também o culto do luxo foi um protesto contra a transformação da pobreza e da abstenção em virtude especial: a poupança da miséria e da classe média.

Assim, também, a ordem aberta do planejamento barroco representava um esforço para conter não os defeitos originais da cidade medieval, mas os defeitos que haviam crescido com o tempo, graças a um acúmulo de interesse legítimo e à incapacidade de replanejar drasticamente, quando a ocasião exigia; ainda mais talvez, o excesso miserável de construções nos espaços abertos, praticado após o século dezesseis pela nova burguesia urbana. Até a ordem clássica da arquitetura pode ser explicada parcialmente como uma tentativa de pagar a inundação sem significado de ordenamentos que caracterizava o gótico *flamboyant* do século quinze. A pureza estética do plano barroco era forçada; o seu tipo de ordem era limitado; mas ela assinalou, dentro dos seus limites, uma tentativa no sentido de se estabelecer um novo ponto de partida e de se conceberem as necessidades da vida, tal como se apresentavam aos contemporâneos. Na sua clareza e precisão, havia qualquer coisa de vital: um desafio urgente aos complacentes Struldbrugs da ordem medieval.

Mas o que salvou os olímpianos não foram os seus falsos gestos clássicos nem a sua ordem despótica: o que os salvou foi o seu novo sentido de espaço e o esforço deliberado que fizeram para trazer de volta o campo à cidade, para o seu uso

pessoal. Com o jardim e o parque, com a passeata matinal a cavalo, com a sua esgrima e os seus duelos, com as suas visitas e os seus galanteios em amplos salões, com as suas danças e os seus teatros, desenvolveram uma rotina de vida que conservava a sua juventude, pelo menos, num nível elevado de bem-estar biológico: os seus corpos respondiam ao domínio. Afora a necessidade que tinham de converter o ócio numa rotina de trabalho haviam criado nas suas habitações urbanas um meio equilibrado da vida. Tinham o que os alemães chamam de *Lebensraum*, espaço para viver, ou o que poderia ser, em linguagem corrente, chamado de "espaço para movimentar-se". Daí, num período em que a aristocracia latifundiária era forçada a enfrentar a competição de uma nova raça de industrialistas e financiadas, ter a aristocracia criado para si uma cidade na qual podia propagar os seus costumes e as suas atividades biológicas por razão da sua adaptabilidade completa. A vida, para as pessoas de outros bairros da cidade, para os puritanos que franziam a testa ante o drama e os bailes, para o homem de negócios que desconfiava da frivolidade e da falta de que fazer, para o escravo preso a dada ocupação mecânica menor, tinha uma ressonância mais baixa que nos bairros dos olímpianos.

Esse esforço para abranger a vida em todas as suas dimensões, essa satisfação na extravagância sensual, nos apetites do corpo, em tudo que os ouvidos, os olhos e o tacto podiam proporcionar-lhes, era uma atividade essencialmente diferente daquela que governara a Idade Média. Aquilo que se havia desenvolvido primeiro nos artistas, estudiosos e cortesãos do quinhentos, tinha agora, afinal, pelo século dezoito, criado a sua forma na cidade. Tais coisas iriam ter consequências revolucionárias. Após a Revolução Francesa, a cidade começou a absorver, uma por uma, as instituições da corte e da aristocracia: o homem comum começou a sentir, nos termos de uma velha canção popular norte-americana, que "O que é bem bom para Rockie, também é bem bom para mim". O industrialista bem sucedido foi o primeiro a imitar a aristocracia: depois, grupos inteiros de pessoas passaram a exigir privilégios semelhantes para a cidade em geral. O que é denominado de ascensão da democracia, é na realidade, pelo que diz respeito à cidade, a difusão do privilégio barroco; tanto que, já no século vinte, até os mais relutantes reformadores da habitação das classes superiores podiam admitir que os pobres tinham direitos ao privilégio da intimidade. Mas, por essa época, as possibilidades de vida moderna não mais podiam ser eficientemente concebidas em termos do ambiente barrôco.

Os melhores exemplos de uma cultura nem sempre são os mais característicos; pois o mais típico é justamente aquilo que mais se deixa prender pelo tempo e pelas limitações. Dekker e Chapman são característicos da Londres elisabetana, ao passo que Shakespeare, embora participasse daquele meio, sobreviveu a êle por uma centena de motivos. Isso é igualmente verdadeiro quanto à cultura das cidades. Nos séculos dezesseis e dezessete, passaram a existir certas formas novas de cidades; não eram elas características nem da civilização medieval nem da barrôca. E êsses tipos, que não são "transitórios", visto que só encaminham na sua própria direção, têm maior significado para nós, hoje em dia, que os espécimes clássicos do período.

Quando se toma Amsterdão como o exemplo mais importante de cidade que passou pela transição sem perder a forma, não se está com isso reduzindo a vitalidade de outras cidades holandesas. Trata-se, antes, de mostrar, tomando o exemplo mais concreto, que a rápida expansão comercial e o crescimento físico da cidade pós-medieval não levantaram necessariamente obstáculos insuperáveis à ordem. Durante todo o seu período mais importante de expansão, Amsterdão não perdeu a sua unidade; e, embora o seu bairro medieval se tenha afinal arruinado, a cidade como um todo não se deteriorou, exceto durante breve período do século dezenove.

A forma original da Amsterdão era irregular. Com grande descortino, os planejadores do século dezesseis traçaram de antemão uma série de canais e de longos quarteirões de edifícios baixos, que contornavam a forma da cidade e permitiam eficiente ligação por via aquática com o pôrto. Criaram um organismo unificado, não uma figura geométrica abstrata. Nas novas casas de grandes janelas, os construtores produziram uma forma doméstica que permaneceu estável até que o crescimento do proletariado do século dezenove levou o construtor especulador a planejar habitações hediondas. A combinação dos cursos d'água orlados de árvores com os quarteirões de frente uniforme tinha um encanto irresistível, sobretudo porque, na Holanda, o canal leva o campo ao coração da cidade, em barcos que navegam por êles carregados de legumes e flôres. Os pretensiosos cursos d'água que passam por Nymphenburg ou Versalhes são, comparados com aquêles, cenários vazios para um simples drama de costumes: históricos mas sem sentido.

O desenvolvimento técnico da cidade holandêsa baseava-se no admirável contrôle da água, não simplesmente para comu-

nicacões e transportes, mas para a escultura da paisagem, estabelecida pelos engenheiros holandêses. A sua influência, como a dos avançados horticultores, com as suas estufas de vidro, fêz-se sentir na Europa inteira: a fazenda holandêsa e o jardim holandês transformaram-se em modelos para uma agricultura progressiva equilibrada. E êsse domínio das águas fêz-se sentir tanto dentro da cidade como nas terras conquistadas ao mar: deu à cidade holandêsa não somente uma fronteira limpa e uma moldura verde, mas um interior super-limpo, tal como se poderia conseguir, com o auxílio da areia ou da cantaria e da água do mar, no mais bem ordenado dos navios. As grandes janelas da pequena casa holandesa do século dezessete, hoje igualmente repetidas na arquitetura do radical Oud e na do conservador Granpré-Molière, levavam para dentro da casa uma quantidade de luz e de ar puro que correspondia àquela que Johann Andreae pintou na sua *Utopia*. Os quadros de Hooch conservam o próprio colorido e a luz dessas moradias. De um modo geral, o traçado e as belezas da casinha holandêsa de tijolos do período não estavam apenas adiantadas em relação às moradias da sua classe superior contemporânea: conservam-se ainda acima do nível que foi até agora atingido por boa parte das modernas habitações.

Não menos exterior à estrutura barrôca, situou-se outro fenômeno do século dezessete: a aldeia da Nova Inglaterra. O centro da aldeia era um lugar aberto comum, dominado pela casa de assembleia e o paço municipal. Essas três instituições serviam como ponto de reunião para a comunidade, a praça para a instrução militar bem como o pastoreio do gado. Em tórno da área central, erguiam-se casas separadas, às vêzes uma fila única num quarteirão, com profundos quintais, suficientemente grandes para um pequeno pomar assim como para uma horta de verduras. De cada um dos lados da rua, olmos elevados forneciam a sombra para o tórrido sol de verão, e serviam parcialmente para conter o vento do inverno perfeito unísono entre o homem e a natureza. Numa ocasião em que a cidade medieval estava sendo enquistada, quando o povo enxameava por trás de fortificações pesadas, nos Estados Unidos um tipo mais aberto continuava ainda a existir, rodeado, como tantas antigas cidades medievais, por uma simples estacada de madeira.

No século dezessete, as grandes capitais tinham começado a absorver população, sem esforços no sentido da limitação. Mas a cidade da Nova Inglaterra, durante aquêle período, não chegava a crescer além das possibilidades de socialização e assimilação dos seus membros: quando o superpovoamento se

